PREFEITURA DE
MÃE D'ÁGUA
Construindo e Realizando Sonhos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EMEF MARIA JERÔNIMO NUNES

O **PPP** define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade.

> "Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho".
>
> Paulo Freire

EMEF MARIA JERÔNIMO NUNES

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico construído pela comunidade interna e externa, para evidenciar a “Identidade da escola” EMEF Maria Jerônimo Nunes.

MÃE D’ÁGUA–PB
VIGÊNCIA 2023/2024

"A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe."

Jean Piaget

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....7

2 INTRODUÇÃO.....9

3 JUSTIFICATIVA.....10

4 OBJETIVO GERAL.....12

5 MARCO SITUACIONAL.....13

5.1 INAUGURAÇÃO.....14

5.2 FOTOS DA CONSTRUÇÃO.....15

5.3 HISTÓRICO DA HOMENAGEADA.....16

6 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO.....17

7 SÍMBOLOS DO MUNICÍPIO.....18

7.1 BRASÃO.....18

7.2 BANDEIRA.....18

7.3 HINO.....19

7.4 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS.....20

7.5 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS ALUNOS.....21

7.6 ESTRUTURA FÍSICA.....21

7.6.1 DEMONSTRATIVO DAS DEPENDÊNCIAS EXISTENTES NA ESCOLA....22

7.6.2 MATERIAIS.....22

8 PROGRAMAS DA ESCOLA.....25

9 CONSELHO ESCOLAR.....25

10 RECURSOS HUMANOS.....25

11 CORPO DOCENTE 2022.....26

12 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 2022.....26

13 PERFIS E CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA.....27

13.1 MATRÍCULA INICIAL.....27

13.1.2 ALUNOS MATRICULADOS 2022.....27

13.1.3 FREQUÊNCIA DE IDADE E SEXO.....28

13.1.4 MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR 2022.....28

13.1.5 CORPO DOCENTE DO ANO DE 2023.....28

13.1.6 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DE 2023.....29

14 PERFIS E CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA 2023.....29

14.1 NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS.....29

14.2 FREQUÊNCIA DE IDADE E SEXO.....30

14.3 MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR 2023.....30

15 PROJETOS E DATAS COMEMORATIVAS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA 30

16 COMPROMISSO DA ESCOLA.....32

17 FUNDAMENTOS LEGAIS.....33

18 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS.....35

19 TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS.....36

20 MARCO CONCEITUAL.....38

20.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE.....38

20.2 CONCEPÇÃO DE ESCOLA.....38

20.3 CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM.....39

20.4 CONCEPÇÃO DE MUNDO.....40

21 PROPOSTA CURRICULAR.....40

21.1 ORGANIZAÇÃO DA ESCOLARIDADE: MARCOS LEGAIS.....41

21.2 DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS.....42

21.3 MATRIZ CURRICULAR DOS ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL – 1º ao 5º ano 43

21.4 CURRÍCULO ENSINO FUNDAMENTAL.....44

21.5 COMPETÊNCIAS GERAIS.....44

21.6 ÁREAS DO CONHECIMENTO.....44

21.7 COMPONENTES CURRICULARES.....45

21.8 ALFABETIZAÇÃO.....46

21.9 UNIDADES TEMÁTICAS.....47

22 A PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR.....48

23 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....50

23.1 ESCOLA INCLUSIVA.....50

23.2 METODOLOGIA.....51

23.3 FORMAS DE TRABALHO DENTRO DAS LEIS.....52

24 ÁREAS E COMPONENTES CURRICULARES.....53

24.1 ÁREA DE LINGUAGENS.....53

24.2 ÁREA DE MATEMÁTICA.....57

24.3 CIÊNCIAS DA NATUREZA.....58

24.4 ÁREAS DE ENSINO RELIGIOSO.....61

25 BASE NACIONAL COMUM E A PARTE DIVERCIFICADA DO CURRÍCULO 63

26 ENSINO REMOTO.....67

26.1 A METODOLOGIA NO PERIODO DE ENSINO REMOTO.....67

26.2 PLANEJAMENTOS PEDAGÓGICOS DURANTE O ENSINO REMOTO.....69

27 METODOLOGIA DO ENSINO.....69

28 PLANEJAMENTOS PEDAGÓGICOS ATUAIS.....70

28.1 OBJETIVO DO PLANEJAMENTO.....71

29 AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL.....72

30 A TECNOLOGIA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO.....75

31 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....75

31.1 PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS.....75

32 RECUPERAÇÃO.....77

33 TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....78

34 PARCERIA ESCOLA E FAMÍLIA.....78

34.1 REUNIÃO DE PAIS E MESTRES.....79

35 MARCO OPERATIVO.....80

36 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....85

REFERÊNCIAS.....86

ANEXOS

1. APRESENTAÇÃO

Desde 1996, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, o projeto político pedagógico vem sendo construído como propostas de novos caminhos, para uma escola diferente. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e função social da escola, obrigam a um pensar e a uma reflexão contínua de todos que estão envolvidos neste processo.

Inicialmente para elaboração do Projeto Político Pedagógico é preciso desejo e vontade política de todos aqueles envolvidos no processo de construção do mesmo, com a perspectiva de ampliar a participação da comunidade escolar, para então, iniciar a sensibilização da equipe, contextualizando as ações para que todos entendam quais as intenções e metas a alcançar.

É neste contexto, que a **EMEF Maria Jerônimo Nunes**, (Dona Neguinha) vem promovendo discussões em sua vivência pedagógica com a sua comunidade, em busca de um projeto educacional sério e coerente com a realidade onde se insere. Sob uma dinâmica de construção coletiva, planejamos o que temos a intenção de realizar, com base no que a nossa história já constituiu.

Com o objetivo de atender as novas necessidades educativas, bem como para implementar o currículo municipal a luz da BNCC e os demais documentos que norteiam a educação da rede de ensino, este documento visa, reestruturar as bases legais e pedagógicas da nossa escola, por ser o PPP um processo inconcluso, necessitando de ajustes e inovações constantemente para adequar o processo de ensino aprendizagem condizente com as realidades atuais da sociedade.

Para definir o que caracteriza o projeto político pedagógico, nos pautamos nas palavras de Vasconcelos (1995) “o PPP é definido como um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição”. Desta maneira, ele é fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. E antes de

tudo, é um trabalho coletivo entre todos os membros da comunidade escolar (gestor, equipe técnica, pais, professores, estudantes).

O PPP aqui apresentado tem a intenção de traduzir o exercício permanente de reflexão de uma comunidade escolar, sobre a sua realidade e necessidades e, a partir destas, apontar ações e estratégias conjuntas, que favoreçam uma prática educativa humanizada e comprometida com os reais princípios de cidadania e bem comum.

2. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Político-Pedagógico além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, visa demonstrar uma política pedagógica na gestão da Escola, tendo como princípios básicos, a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo a identidade pessoal de alunos, professores, servidores, pais e outros.

A construção do Projeto Político Pedagógico da Escola leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a sua história e cultura, anseios e necessidades, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para os estudantes, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade.

Pretendemos com este Projeto Político Pedagógico analisar, diagnosticar as dificuldades encontradas nesta Instituição de Ensino e promover ações conjuntas objetivando melhorar a qualidade de ensino na Escola.

Para Veiga (1998), o projeto pedagógico da escola é também um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso – político com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

Esse projeto tem como objetivo atender o primeiro segmento do Ensino Fundamental, onde procura organizar seu ensino nos seguintes princípios: democrático, público e gratuito.

A gestão democrática dessa escola abrange a dimensão pedagógica, administrativa e financeira, no sentido de procurar desenvolver um trabalho articulado com todo o corpo docente e discente.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola é o ponto de partida para que ocorram análises, aprofundamento das percepções dos principais problemas da escola, das possibilidades daquilo que pode ser realizado e definição das responsabilidades individuais e coletivas, para assim, buscar superar os entraves detectados. É essencial que se tenha como prerrogativa a liberdade de expressão e a igualdade de condições, o que pode gerar mais satisfação e constantes melhorias no trabalho.

No mundo em que vivemos, com mudanças velozes, tanto tecnológicas quanto de saberes em geral, tem como meta desenvolver permanentemente novas

competências e habilidades. Um ensino de qualidade que busca formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade, deve também contemplar o desenvolvimento das capacidades que possibilitem adaptações às novas realidades do mundo moderno, como o trabalho em equipe, relações interpessoais, o senso crítico, a criatividade, a resolução de problemas, cultivar os bens sociais, culturais, ambientais etc.

O processo de construção deste Projeto Político-Pedagógico deu-se através de reuniões com o corpo docente, representantes dos pais, equipe gestora e demais funcionários, numa perspectiva de qualidade, norteando assim, a atuação da escola devendo ser constantemente avaliado e acompanhado, permitindo no decorrer do ano, reajustes que possam aperfeiçoá-lo, visando uma educação de excelência para todas as crianças.

De acordo com os nossos encontros, discussões e pontos em comum, e ainda pensando na gama de formações acadêmicas, pessoais e sociais de cada membro que contribuiu para a construção de nosso Projeto Político-Pedagógico, enquanto escola buscamos criar um clima escolar que priorize a tolerância, o cotidiano escolar na cidadania e em prol dela, além da alta expectativa na aprendizagem dos alunos, pois acreditamos que todos podem aprender e que somos todos iguais nas diferenças, por isso precisamos de tratamentos pedagógicos específicos, bem planejados e acompanhados. O resultado dessa perspectiva pode e deve ser acompanhado por avaliações processuais e de resultado, notadamente transformadas.

Portanto, a escola que queremos é democrática, organizada e acessível a todos, facilitando aos seus usuários a aquisição de conhecimentos sistematizados já construídos no decorrer do tempo. A educação possibilita ao homem, em sua permanente busca do conhecimento, uma relação de autonomia com o mundo em que vive. O conhecimento é, portanto, o grande eixo do desenvolvimento humano.

3. JUSTIFICATIVA

Partindo do princípio de que a educação é um processo contínuo, gradativo e progressivo, deverá permitir ao educando a oportunidade de crescer e se

desenvolver, a medida que incentivado a alcançar sua maturidade física-pisco-social, desenvolva plenamente suas potencialidades, levando-o a elaborar e executar seu projeto de vida.

A função social da escola, em qualquer dos seus níveis é a de constituir-se em espaço privilegiado de aprofundamento e revisão de experiências dos educandos com vistas à socialização do conhecimento.

Após análise situacional da EMEF Maria Jerônimo Nunes (Dona Neguinha) constatou-se a necessidade de mudanças no espaço físico, à participação das famílias frente aos desafios de aprendizagem e a necessidade de uma política educacional integrada onde a família participe com resultados positivos.

Diante desse diagnóstico, fica clara a importância da organização das ações propostas no Projeto Político Pedagógico, através do qual a EMEF Maria Jerônimo Nunes se propõe a sanar tais entraves à qualidade de ensino, proporcionando ao educando o pleno desenvolvimento de suas competências e habilidades sócio-político-filosóficas.

Salienta ainda que a forma mais eficaz de elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais envolve o debate em grupo no local de trabalho.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/96 - LDB) no seu artigo 12, “os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I- elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos financeiros;

III- assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aulas estabelecidas;

IV- velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V- prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI- articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII- informar os pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;

VIII- notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que representem quantidade de faltas acima de cinquenta trinta por cento do percentual

permitido em lei. **(Inciso incluído pela Lei nº 10.287, de 20.09.2001)** 13.803. de 2019.

Dessa forma esse preceito legal está sustentado na ideia de que a escola deve assumir, como uma de suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa.

O projeto político pedagógico, sempre parte do que já existe na escola propondo outros significados à sua realidade. Em função disso, ele torna-se, ao mesmo tempo, um dever e um direito da escola: Um dever por se tratar do elemento responsável pela vida da escola em seu tempo institucional. Um direito porque, por meio dele, a escola consolida sua autonomia e seus componentes podem pensar, executar e avaliar o seu próprio trabalho.

Contudo, uma educação de qualidade é aquela que tem um Projeto Político Pedagógico compromissado com a transformação da realidade; aquela que considera tanto a participação tecnológica quanto a participação do indivíduo no processo de definição dos rumos da sociedade em que vive nas diferentes instituições e nos movimentos da sociedade civil organizada, que compreende a relação dialética entre quantidade e qualidade, além dos seus aspectos políticos e formais.

4. OBJETIVO GERAL

Viabilizar uma ação pedagógica que propicie ao corpo discente um desenvolvimento amplo em relação ao conhecimento de si e do mundo, estimulando sua capacidade crítica, ética, cognitiva, afetiva e cultural, visando a inserção social e a busca do exercício da cidadania, bem como interagir com as famílias buscando mecanismos que possam garantir uma educação mais significativa e emancipada dos alunos.

Desenvolver uma prática educacional que favoreça ao aluno apropriar-se dos recursos culturais relevantes para a intervenção e participação ativa e coerente na vida em sociedade, dominando a língua falada e escrita, os princípios da reflexão matemática, as coordenadas espaciais e temporais que permitam à percepção de mundo, os princípios científicos, as condições de fruição da arte e tecnologia, o

domínio do saber acumulado pela humanidade que estão presentes nas várias concepções do papel da educação do mundo democrático entre outras exigências presentes no mundo atual.

Propiciar uma educação dinâmica, considerando as dificuldades potencializadas pela pandemia da covid-19, estimulando o protagonismo discente, simultaneamente na intervenção necessária do educador na construção do conhecimento significativo e buscando as recomposições das aprendizagens.

5. MARCO SITUACIONAL

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA (IDENTIDADE)

E.M.E.F MARIA JERONIMO NUNES (DONA NEGUINHA)

-IDENTIFICAÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MARIA JERONIMO NUNES (DONA NEGUINHA)

-CODIGO INEP: 25115766

-CNPJ: 09.003.084.0001-91

-MUNICIPIO: MÃE DAGUA-PB

-ENTIDADE ADMINISTRATIVA: PREFEITURA MUNICIPAL

-DECRETO Nº 506/2019 de 17 de fevereiro de 2019.

-LOCALIZAÇÃO: Rua Miguel Nunes da Rocha, s/n, - Centro - Mãe D'água - PB

5.1 INAUGURAÇÃO

O prefeito Francisco Cirino da Silva, junto com o Secretário de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, Aléssio Trindade de Barros, representando o governador João Azevedo, inauguraram a Escola Modelo, construída por meio de parceria entre a Prefeitura de Mãe D`água e o Governo do Estado.

Foi um momento de festa para o município e, principalmente, para a população, que recebeu um equipamento amplo, moderno e ganhou um prédio funcional e muito bonito, onde nossos alunos e servidores terão maior conforto e muito mais espaço para desenvolver todas as suas atividades.

Escola Padrão – A Escola Municipal Maria Jerônimo Nunes (Dona Neguinha) foi construída com base no modelo padrão indicado e financiado pelo Governo do Estado, com contrapartida da Prefeitura Municipal de Mãe D`água.

O investimento realizado pelo Estado, por meio do Convênio 0716/2017, foi de ordem R$ 898.875,50. Governo Municipal entrou com a aquisição e regularização documental do terreno e a gestão da obra.

Em solenidade bastante comemorada e prestigiada, que contou a presença do então Prefeito Municipal Francisco Cirino, do vice-prefeito Junior Tota, do secretário de Estado da Educação, Aléssio Trindade de Barros, representando o governador João Azevedo, foi inaugurada no dia 21 de setembro, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Jerônimo Nunes – Dona Neguinha, CNPJ: 09.003.084.0001-91. INEP: 25115766, fundada em 21 de setembro de 2019, situada à Rua Miguel Nunes da Rocha, S/N, Centro, no município de Mãe D'água – PB, oficializada pela lei 506/2019. Uma obra realizada pela Prefeitura Municipal de Mãe D`água, através de convênio firmado junto ao Governo do Estado, e já entregue e em pleno funcionamento para atendimento aos alunos do 1ª ao 5º ano do Ensino Fundamental.

A solenidade de inauguração e entrega oficial da nova e moderna unidade escolar do município aconteceu em clima de emoção e muita alegria, tanto por parte

da Gestão, como dos servidores e familiares da homenageada, que se fizeram presente ao evento.

Também prestigiaram o evento outras autoridades locais, a exemplo dos vereadores e secretários municipais; os deputados Hugo Mota (federal) e Nabor Wanderley (estadual) e os prefeitos Neto Gomes (São José de Espinharas) e José Pereira (Matureia); os familiares da homenageada, entre os quais a primeira-dama Lúcia Nunes e seus 11 irmãos, além de irmãs de Dona Neguinha, netos, bisnetos, genros, noras, entre outros.

O evento também contou com a presença da diretora da Escola Valdênia Araújo Soares, a então vice-diretora, Luana Graziele Aleixo, professores, demais servidores, alunos, pais dos alunos e a comunidade em geral.

A secretária de Educação do Município, Vânia Maria Campos de França, iniciou seu discurso citando o Padre Antônio Vieira, a qual certa vez disse que “para falar ao vento bastam às palavras, mas para falar aos corações são necessárias obras”. “Compartilho do pensamento do Padre Antônio Vieira e penso que cada obra idealizada e executada com o desejo de fazer o bem, jamais será esquecida por cada coração que ela conseguir tocar disse a secretária. E muitos corações já foram tocados, a começar pela família da homenageada, bem como de todos aqueles que a conheceram e tiveram a oportunidade de com ela conviver; dos alunos, que estavam todos ansiosos para se mudar para a nova escola e, alguns, em especial, que além do prédio novo, já trazem no coração o orgulho de dizer que vai estudar na escola que seu pai ajudou a construir e isso também me tocou e me emocionou muito”, destacou a secretária.

5.2 FOTOS DA CONSTRUÇÃO

5.3 HISTÓRICO DA HOMENAGEADA

A instituição educacional recebeu esse nome em homenagem a professora Maria Jerônimo Nunes.

Quando Mãe D'água era um município com estrutura educacional precária surgiu uma mulher que entrou em todas as casas através da educação - Maria Jerônimo Nunes carinhosamente chamada de (Dona Neguinha) nasceu em 21 de Setembro de 1925, município de Teixeira PB. Em 27 de Novembro de 1942 casou-se com Pedro Nunes, (in memoriam - 1913 a 2002) que posteriormente seria prefeito da cidade entre os anos de (1966 a 1970) e que muito contribuiu com o município, um homem futurista, que na sua gestão trouxe grandes obras para a melhoria da vida de seus habitantes, a exemplo dessas podemos citar a energia elétrica. Desse casamento, eles deixaram por herança doze filhos, doze discípulos do amor, do compromisso, da responsabilidade, educando-os na obediência e na fé cristã. Defendia a família como exemplo, de força, união, fé e determinação.

Deixou no seu legado um grande exemplo de mulher com destaque em setores distintos. Muito religiosa sempre se dedicou a Igreja, em tudo e em todos os momentos fortes estavam presentes, uma mulher de fé e de oração; também se fez presente na política, mesmo sem exercer cargo eletivo se destacando como primeira dama da cidade (quantos amigos, compadres, comadres, afilhados, companheiras da calçada, de todas as noites); mas era na educação que estava sua garra, seu acreditar, seu empenho.

Dona Neguinha dedicou toda sua vida a educação, como professora exemplar, durante muitos anos alfabetizou sozinha tantas pessoas no antigo Grupo Escolar Romano de Mãe D'água, era a responsável pela sala de aula, pela merenda, pela portaria, pela secretaria e direção, partilhou o mesmo espaço físico da escola como sua residência. Ela desenvolveu todas essas atividades com maestria, nem imaginávamos na época que funções de muitos foram acumuladas por uma única

pessoa de forma tão suave, que nem chamava atenção das pessoas, hoje conseguimos enxergar perfeitamente. Também presidiu durante alguns anos uma entidade sem fins lucrativos que atendia alunos carentes, chamada "**Sociedade Protecional: a mãe pobre e a criança de Mãe D'água**", através do qual desenvolvia ações educativas e um trabalho voltado as mães carentes do município, demonstrando a importância que dava a educação e estendendo para a comunidade este amor e esta valorização. Entidade esta que distribuía desde o fardamento até a merenda escolar de boa qualidade e até brinquedos para as crianças na semana da criança.

No dia 12 de abril de 2017, aos 91 anos de idade, aparentemente forte e no pleno desempenho de suas atividades mentais, foi colhida por problemas de saúde e veio a falecer. Depois que Dona Neguinha morreu, para homenageá-la por ter sido essa mulher forte, guerreira e educadora, que tão bem soube ensinar para a vida a escola que antes era nomeada como Edivaldo Júnior Soares da Rocha, recebe seu nome "Maria Jerônimo Nunes" em sua homenagem pelo legado de vida que deixou para todos os munícipes, aprovada pela Câmara Municipal de Mãe D'água e Sancionada pelo Prefeito em exercício Francisco Cirino da Silva, Lei nº 506/19 de 17 de Fevereiro de 2019.

Em 23/09/2019 a escola começou a funcionar com o ensino regular, atendendo em dois turnos (manhã e tarde) a uma clientela com turmas de 1ª ao 5ª ano.

A referida escola atende ao nível de ensino Fundamental I, etapa obrigatória da Educação Básica, dever do estado e direito público, que tem como objetivo a formação básica do cidadão, de acordo com o art. 32 da LDB.

Sendo a única escola da zona urbana que atende ao ensino fundamental I, essa condição delega a mesma uma situação privilegiada na comunidade atraindo a clientela oriunda das mais diversificadas famílias bem como da zona rural.

Desde sua fundação a escola é dirigida pela professora Sr.ª Valdênia Araújo Soares e duas vice-diretora a senhora Luana Graziella Aleixo que atuou durante os meses de setembro a dezembro do ano de 2019, no ano seguinte passou a fazer parte desse quadro a Vice-diretora Valdelícia Maria de Lucena. Em 2023, o jovem

Bruno Firmino da Silva, passou a integrar a equipe diretiva da escola, como diretor adjunto.

6. CARACTERISTICAS DO MUNICIPIO

Mãe d'Água, município no estado da Paraíba (Brasil), localizado na microrregião de Patos. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2022 sua população era estimada em 3.583 habitantes. Área territorial de 177 km². O município de Mãe D'Água recebeu esse nome devido a grande quantidade de olhos D'água existentes na região. Tudo começou por volta de 1810 através do Sr. Leonardo Camboim que se tornou proprietário do sítio onde se encontra hoje. Aos poucos parentes e moradores das redondezas se reuniram e construíram uma capela que foi oferecida a São Sebastião. Mas, como no local não existia nenhuma estátua do santo, Leonardo Camboim, o fundador, doou aos moradores uma imagem de Nossa Senhora das Dores, comprada por Padre Cícero, em Juazeiro (CE). Atualmente essa capela não existe mais, sendo construída no local a Igreja matriz de Nossa Senhora das Dores.

O atual município de Mãe d'Água fica a 346 km de João Pessoa e limita-se ao Sul com Imaculada, a Oeste com Olho d'água e Catingueira, ao Norte com santa Terezinha e Patos e a Leste com São José do Bonfim, Teixeira e Maturéia.

Atualmente, Mãe d'Água quer ser reconhecida como "a cidade das muitas atrações". Nossa melhor mercadoria à venda é a natureza, a tranquilidade e a vocação que temos para o turismo selvagem ou ecológico.

7. SÍMBOLOS DO MUNICÍPIO

7.1 BRASÃO

7.2 BANDEIRA

A bandeira do Município foi oficializada pela Lei de nº 195/2002, pelo Prefeito Constitucional Antônio Soares de Figueiredo, no dia 19 de fevereiro de 2002. De acordo com o Art. 2º a bandeira é constituída por duas partes distintas. Uma delas registra as cores representativas do Estado: o preto e o vermelho; o outro lado, o de fundo branco simboliza a convivência pacífica e hospitaleira de seus habitantes. Tem no seu centro um quadrado, que retrata, em síntese, o espaço territorial do município, onde se pode observar um sol nascendo por trás da serraria, paisagem peculiar da localidade, da água de um olho d'água descendo serra abaixo, motivo que deu origem ao nome do povoado.

Destacam-se as duas culturas que tiveram grande importância no desenvolvimento econômico da região: o algodão e o sisal. Na parte inferior da figura geométrica encontra-se inserido o nome do município, seguido da sigla do Estado.

7.3 HINO

No dia 14 de setembro de 1999, o Prefeito constitucional, Antônio Soares de Figueiredo, tornou oficial o Hino da cidade de Mãe d'Água, ao sancionar a Lei Nº 196/99.

HINO À MÃE D'ÁGUA

Mãe d'Água querida, meu berço, minha casa
Tu és meu encanto, és meu bem querer
Deitada nos braços de serras tão belas
Pois iguais àquelas jamais pude ver...

O teu lindo nome eu sei a origem
Vem dos olhos d'água que jorram pra cá
Águas cristalinas e incandescentes
Te faz atraente, uma coisa sem par...

Oh bela cidade, Mãe d'Água querida
Tu és minha vida sempre vou te amar...

Aqui exaltamos com muito carinho
O seu fundador Leonardo Camboim
Que foi pioneiro dessa terra amada
De gente tão boa, meu amor sem fim

És mãe do sossego, da tranquilidade
Que felicidade, solo varonil
Uma filha honesta, pacata e ordeira
Honrando a bandeira, do nosso Brasil (bis)

Letra e Música: Francisco Jacinto da Silva

7.4 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

As manifestações culturais são a expressão de um povo, de seus rituais e celebrações. O município de Mãe d'Água, destaca-se na poesia como a mais importante das manifestações artística, com os seus poetas Francisco Romano da Silveira, conhecido como ''Romano de Mãe D'água,'' (1840-1891) que realizou memoráveis pelejas com Inácio da Catingueira, e os poetas Antônio Mota da Silva e Zé Barros (in Memoriam). Outro destaque na área da poesia é o senhor Edísio Soares Pequeno, descendente do grande Romano, que retrata nas suas poesias uma verdadeira declaração de amor à sua terra natal. Trazendo no seu calendário religioso as comemorações da igreja católica com a semana santa, os novenários de Nossa Senhora Das Dores, São Sebastião, Santa Maria Goretti, São José e Santo Antônio. As igrejas Evangélicas comemoram anualmente eventos festivos como: COMADEMA (Assembleia de Deus), que se trata da confraternização da mocidade. A rede de mulheres (Cristo Salva), Filadélfia Pentecostal, e a data comemorativa do dia do evangélico é o sábado que antecede o dia 26 de dezembro de cada ano, instituído pela lei 493/2018, de dezembro de 2018. Ainda se comemora a tradicional festa de Emancipação Política do município.

7.5 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS ALUNOS

A condição socioeconômica dos alunos e familiares na sua grande maioria é de baixa renda, pois seus meios de sobrevivência são basicamente a agricultura, a pecuária e o programa Auxílio Brasil do governo Federal, para se chegar a essa conclusão, foi realizada uma pesquisa investigatória por meio da ficha de matricula do aluno. Os dados obtidos demonstraram que 80% da nossa clientela são beneficiários do Auxílio Brasil do Governo Federal. A maioria dos alunos reside na zona urbana e não necessitam utilizar transportes para chegar a escola, o acesso é realizado a pé e somente uma pequena parcela utiliza caminhonetes, ou seja, os provenientes da zona rural.

Construir um trabalho coletivo, articulado e com posições diversificadas é uma tarefa desafiadora, que exige, portanto, empenho, paciência, persistência e crença naquilo que queremos alcançar: o desenvolvimento pleno dos alunos, já que se trata, em muitos casos, de alunos com dificuldades especiais sociais, econômicas e

familiares, observa-se que a maioria dos alunos desenvolvem seus trabalhos extraclasse sem nenhum recurso ou até mesmo deixam de fazê-lo por razões diversas: falta de incentivo, dificuldades materiais, ausência dos pais ou responsáveis para orientá-los o que torna ainda maior a responsabilidade desta unidade escolar em atender as necessidades de um grupo tão diversificado.

7.6 ESTRUTURA FÍSICA

A Instituição Escolar apresenta uma boa estrutura física caracterizada como uma escola modelo construída entre um convênio do estado e da prefeitura municipal, está construída num terreno de propriedade da prefeitura municipal de Mãe D'água, numa área de 100x100 m². Os mobiliários estão bem conservados. Dispõe de quatro salas de aula, necessitando de mais uma sala, de uma quadra de esportes coberta e climatização das salas.

7.6.1 DEMONSTRATIVO DAS DEPENDÊNCIAS EXISTENTES NA ESCOLA

Todas as dependências são bem iluminadas sendo duas das salas climatizadas (direção e a sala dos professores) e as outras com ventiladores, uma pequena área coberta que serve como refeitório para acomodar os alunos na hora do lanche e de pátio onde as crianças brincam na hora do recreio. A escola foi toda adequada à acessibilidade obedecendo aos preceitos legais que cobram a viabilização do acesso as crianças com necessidades especiais e aos cadeirantes para que possam se locomover com segurança em todas as dependências da escola.

7.6.2 MATERIAIS

Recursos físicos técnicos e pedagógicos

Dependências	Quantidades
Direção	1

Secretaria	1
Sala de professores	1
Cozinha	1
Sanitários para funcionários	1
Sanitários para alunos	2
Sanitário para alunos com deficiências	2
Sala de aulas	4
Pátio	1
Depósito de merenda	1
Almoxarifado	3

Diretoria	**Quantidade**
Birô	2
Cadeira sem braço	1
Arquivo em aço com 2 portas	1
Ar-condicionado	1

Secretaria	**Quantidade**
Roteador de internet	1
Impressora Epson	2
Computador	1
Notebook	1
Cadeira giratória	2
Cadeira sem braço	1
Mesa para computador	1
Bancada de computador	1
Arquivo em aço com 4 gavetas	2
Arquivo em aço com 2 portas	1
Ventilador de Pé	1
Estabilizador	1

Sala dos professores	**Quantidades**
Ar-condicionado	1
Mesa redonda	1
Armário em aço com 12 portas	1
Cadeiras plástico	4
Armário em aço de 2 portas	1
Estante de aço pequena para livros	1

Salas de aula	**Quantidades**
Ventiladores de parede	8
Birô	4
Carteira escolar (mesa /cadeira)	220
Quadro branco	4
Armário com duas portas	2
Lixeiras	4
Estante com 4 parte	4

Cozinha	**Quantidades**
Freezer	1
Geladeira	1
Fogão industrial de 3 bocas	1
Forno elétrico	1
Botijão de gás	1
Sanduicheira	1
Liquidificador industrial	1
Armário de aço com 6 portas	1

Cantinho da Leitura	**Quantidades**
Estante com 3 parte	2

Pátio	**Quantidades**
Bebedouro	1
Bancos de cimento	4
Lixeira	5
Recursos tecnológicos	**Quantidades**
Data show	2
Caixa de som	2
Roteador	3
Microfone sem fio	1
Microfone com fio	1
Microfone para celular	1
Tv Smartfone 32 polegadas	1
Micro System	1
Aparelho de DVD	1
Switch com 08 portas	1
Câmera digital	1
Máquina fotográfica	1
Pedestal para celular	1
Filtro de linha	2
CPU	1

As carteiras estão em bom estado de conservação e suficientes para acomodar todos os alunos, as salas de aula são bem arejadas, claras, forradas e contam com um cantinho de leitura com um pequeno acervo de livros de literatura e histórias infantis, em cada uma, que muito tem ajudado nos projetos de leitura

desenvolvidos pela escola como também no processo de aquisição da leitura e da escrita dos alunos.

E quanto ao material didático dispomos de livros didáticos e paradidáticos, dicionários e uma diversidade de jogos pedagógicos, material de expediente etc.

8. PROGRAMAS DA ESCOLA

A escola adquire seus recursos financeiros através dos Programas:

- Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
- Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE);
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- PDDE Emergencial;
- Educação conectada;
- PDDE Educação Básica;
- Programa Tempo de Aprender;
- Programa Integra Educação Paraíba.

9. CONSELHO ESCOLAR

A instituição conta com um conselho escolar que é composto pelos seguintes membros: presidente, vice-presidente, gestor, representante dos pais, dos funcionários, da comunidade e dos professores. Atualizado no ano de 2023 com a eleição de novos membros para atuar e colaborar para o bom funcionamento da escola.

10. RECURSOS HUMANOS

A escola possui um corpo docente capacitado e muito envolvido no processo de ensino e aprendizagem, visando alcançar metas e objetivos propostos por sua

própria realização profissional e na conquista do saber para os alunos e ainda com a pretensão de alcançar as metas estipuladas pelo Ministério da Educação.

11. CORPO DOCENTE 2022

NOME	TURMA EM QUE ATUA	TURNO	FORMAÇÃO
Adalberto de Oliveira Lima	3º ano	Manhã	Pedagogia/ Matemática/Especialização
Cledeima Cordeiro de Souza	5º ano B	Tarde	Pedagogia/Especialização
Higo Lustosa Gomes Cabral	1º ao 5º ano	Manhã Tarde	Educação Física
Izanice Maria de Lucena Lucas	5º ano A	Manhã	Pedagogia/Especialização
José Tiago Pereira de Araújo	2º ano A 4º ano B	Manhã Tarde	Pedagogia/Especialização
Jucinete de Souza Camboim	1º ano	Manhã	Pedagogia/ Especialização
Rogiane Dias da Silva Ribeiro	2º ano B	Tarde	Pedagogia/ Especialização
Vanes Cleide Leite Mota e Lima	4º ano A	Tarde	Pedagogia/Letras/Especialização

12. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 2022

NOME	FUNÇÃO	TURNO DE TRABALHO	GRAU DE ESCOLARIDADE
Ana Patrícia Ramalho Dantas	Bolsista	Tarde	Ensino médio Completo
Ângela Rejane Domingos	Aux. de serviços gerais	Manhã	Ensino médio Completo
Bruno Firmino da Silva	Secretario escolar	Diurno	Pedagogia
Carlos José Ribeiro Lima	Guarda	Diurno	Fundamental I Completo
Fabiana Pereira de Souza	Bolsista	Diurno	Ensino médio Completo
Flávia Oliveira Lucena	Auxiliar de Turma	Diurno	Superior Incompleto
Inadilan Alves de Lucena Andrade	Merendeira	Diurno	Fundamental II incompleto
Iracema de Medeiros Costa	Supervisora	Diurno	Pós Graduada
Josilete Lustosa Cabral Gomes	Inspetora	Diurno	Fundamental I Completo
Maria José de Lucena	Aux. de serviços	Diurno	Ensino médio Completo

NOME	FUNÇÃO	TURNO DE TRABALHO	GRAU DE ESCOLARIDADE
	gerais		
Maria Oliveira da Silva Gomes	Aux. de serviços gerais	Diurno	Fundamental I Completo
Natália Rodrigues Souza	Bolsista	Diurno	Ensino médio Completo
Rozenilda Medeia de Souza	Aux. de serviços gerais	Diurno	Fundamental II Completo
Valdênia Araújo Soares	Gestora Escolar	Diurno	Pós Graduada

13. PERFIS E CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

13.1 MATRÍCULA INICIAL

A escola no ano de 2022 tinha na sua matricula inicial 117 alunos, já no ano de 2023 sua matricula inicial passou a ser de 107 alunos, organizadas em turnos diurnos, sendo que o 1º turno, cujo funcionamento é de 7 às 11:15min, atende a alunos do 1º, 2º, 3º e 5º ano. Já o 2º turno, funciona de 12h:30min às 16:45min e atende a alunos de 2º, 4º A, 4º B e 5º ano B.

13.1.2 ALUNOS MATRICULADOS 2022

Ano/série	Nº de alunos				Nº de turmas			
	M	T	N	T	M	T	N	T
1º ano	14	0	-	14	1	0	-	1
2º ano	15	17	-	32	1	1	-	2
3º ano	15	0	-	15	1	0	-	1
4º ano A	0	13	-	13	0	1	-	1
4º ano B	0	13	-	13	0	1	-	1
5º ano A	15	15	-	30	1	1	-	2
TOTAL	**59**	**58**	**-**	**117**	4	**4**	**-**	**8**

13.1.3 FREQUÊNCIA DE IDADE E SEXO

Ano/série	Faixa etária (anos)			Sexo					
				Manhã		Tarde		Noite	
	M	T	N	M	F	M	F	M	F
1º ano	6 a 7	-	-	9	4	0	0	-	-
2º ano	7 a 8	7 a 8	-	9	6	7	10	-	-
3º ano	10 a 12	-	-	8	7	0	0	-	-
4º ano	9 a 10	9 a 10	-	0	0	6	7	-	-
4º ano	9 a 10	9 a 10	-	0	0	8	5		
5º ano	10 a 11	10 a 11	-	6	9	6	7	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**32**	**26**	**27**	**29**	**-**	**-**

13.1.4 MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR 2022

Ano/série	Matrícula Inicial	Transf.	Evadidos	Novas Matrículas	Aprov.	Reprov.	Matrícula Final
1º ano	14	-	-	4	18	-	18
2º ano A	18	4	-	1	15	-	15
2º ano B	17	-	-	-	17	-	17
3º ano	15	-	-	-	15	-	15
4º ano	13	-	-	-	13	-	13
4º ano B	13	-	-	-	13	-	13
5º ano A	15	-	-	-	15	-	15
5º ano B	12	1	-	-	12	-	12
TOTAL	**117**	**4**	**-**	5	**-**	**-**	**118**

NOME	TURMA EM QUE ATUA	TURNO	FORMAÇÃO
Adalberto de Oliveira Lima	3º ano	Manhã	Pedagogia/ Matemática/Especialização
Higo Lustosa Gomes Cabral	1º ao 5º ano	Manhã Tarde	Educação Física
Izanice Maria de Lucena Lucas	4º ano	Manhã	Pedagogia/Especialização
José Tiago Pereira de Araújo	2º ano A 3º ano B	Manhã Tarde	Pedagogia/Especialização
Jucinete de Souza Camboim	1º ano A	Manhã	Pedagogia/ Especialização
Rogiane Dias da Silva Ribeiro	1º ano B	Tarde	Pedagogia/ Especialização
Vanes Cleide Leite Mota e Lima	5º ano	Tarde	Pedagogia/ Letras/Especialização

13.1.5 CORPO DOCENTE DO ANO DE 2023

13.1.6 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DE 2023

NOME	FUNÇÃO	TURNO DE TRABALHO	GRAU DE ESCOLARIDADE
Ana Patrícia Ramalho Dantas	Bolsista	Tarde	Ensino médio Completo
Aurislânia Fernandes de S. A Pimentel	Bolsista	Tarde	Ensino médio Completo
Ângela Rejane Domingos	Aux. de serviços gerais	Manhã	Ensino médio Completo
Bruno Firmino da Silva	Diretor Adjunto	Diurno	Pedagogia
Carlos José Ribeiro Lima	Guarda	Diurno	Fundamental I Completo
Flávia Oliveira Lucena	Auxiliar de Turma	Diurno	Superior Incompleto
Inadilan Alves de Lucena Andrade	Merendeira	Diurno	Fundamental II incompleto
Iracema de Medeiros Costa	Supervisora	Diurno	Pós Graduada
Josilete Lustosa Cabral Gomes	Inspetora	Diurno	Fundamental I Completo
Josinete Lustosa Cabral Silveira	Auxiliar de Turma	Diurno	Pedagogia
Maria José de Lucena	Aux. de serviços gerais	Diurno	Ensino médio Completo
Maria Oliveira da Silva Gomes	Aux. de serviços gerais	Diurno	Fundamental I Completo
Natália Rodrigues Souza	Bolsista	Diurno	Pedagogia
Tatiana Soares Freire	Bolsista	Tarde	Ensino médio completo
Valdênia Araújo Soares	Gestora Escolar	Diurno	Pós Graduada

14. PERFIS E CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA 2023

14.1 NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS

Ano/série	Nº de alunos				Nº de turmas			
	M	T	N	T	M	T	N	T
1ºano	12	11	-	23	1	1	-	1
2ºano	11	0	-	11	1	0	-	1
3ºano	18	17	-	35	1	1	-	2
4ºano	14	0	-	14	1	0	-	1
5ºano	0	24	-	24	0	1	-	1
TOTAL	**55**	**52**	**-**	**107**	**4**	**3**	**-**	**6**

14.2 FREQUÊNCIA DE IDADE E SEXO

Ano/série	Faixa etária (anos)			Sexo					
				Manhã		Tarde		Noite	
	M	T	N	M	F	M	F	M	F
1º ano	6 a 7	6 a 7	-	05	07	06	05	-	-
2º ano	7 a 8	-	-	09	02	0	0	-	-
3º ano	8 a 9	8 a 9	-	09	09	07	10	-	-
4º ano	9 a 13	-	-	08	06	-	-	-	-
5º ano	-	10 a 11	-	0	0	14	10	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**31**	**24**	**27**	**25**	**-**	**-**

14.3 MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR 2023

Ano/ série	Matrícula Inicial	Transf.	Evadidos	Novas Matrículas	Aprov.	Reprov.	Matrícula Final
1º ano A	12	-	-	-	12	-	12
1º ano B	12	1	-	-	11	-	11
2º ano	14	3	-	-	11	-	11
3º ano A	18	-	-	-	18	-	18
3º ano B	16	-	-	1	17	-	17
4º ano	15	1	-	-	14	-	14
5º ano	25	1	-	-	24	-	24
TOTAL	**112**	**6**	**-**	**-**	**107**		**107**

15. PROJETOS E DATAS COMEMORATIVAS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA

- ✓ **PROJETOS DE LEITURA:** Despertar o gosto de ler nos alunos e consequentemente formar alunos capazes de interpretar bem o que leem e de se expressar corretamente. Incentivar a leitura, estimulando a criatividade, o espírito inventivo e a curiosidade dos estudantes com a intenção de contribuir para formar uma nova geração de leitores, mais capaz e mais crítica.

- ✓ **CARNAVAL:** Promover atividades lúdicas que estimulem a compreensão da Festa do Carnaval, como identificar músicas de Carnaval, Cantar e dançar marchinhas carnavalescas, Organizar fantasias, máscaras, perucas e tintas para pintura facial.

- ✓ **PÁSCOA:** Contribuir para que as crianças possam ampliar os conhecimentos acerca do significado da “Páscoa”.

- ✓ **DIA DAS MÃES:** Fortalecer os laços afetivos na família, valorizar o papel da mãe como elemento fundamental na constituição de um grupo familiar.

- ✓ **FESTAS JUNINAS:** Possibilitar a criança a conhecer um pouco sobre uma das festas tradicionais do Brasil, (são João) seus símbolos, Santos, pratos típicos, trajes, danças, costumes das festas juninas.

- ✓ **MEIO AMBIENTE:** Proporcionar o conhecimento e conscientização a respeito de meio ambiente, consumo consciente e sustentabilidade, desenvolvendo a construção de atitudes para a preservação e desenvolvimento sustentável.

- ✓ **DIA DOS PAIS:** Promover a aproximação entre pais e filhos através de atividades que envolvam sua interação bem como estimular o desenvolvimento do processo cognitivo do aluno aplicando atividades reflexivas relevantes à aquisição de conhecimentos úteis para a vida.

- ✓ **FOLCLORE**: Proporcionar aos alunos atividades socioculturais e ambientais, incentivando a criatividade, socialização da criança sobre o folclore. Sendo assim o projeto possibilitará trabalhar lendas, provérbios músicos, adivinhações, comidas típicas danças preservando o folclore e a nossa cultura.

- ✓ **SEMANA DA PÁTRIA:** Despertar no aluno o amor e o respeito pela Pátria, estudando o passado histórico e a significação da data sete de setembro, contribuindo desta forma para a compreensão do verdadeiro sentido de um Brasil Independente.

- ✓ **SEMANA DA CRIANÇA:** Promover, durante a semana da criança, atividades extraclasse, variadas e interessantes, visando dar a criança oportunidades de lazer e sociabilidade educativas.
- ✓ **CONSCIÊNCIA NEGRA:** Levar os alunos a refletirem sobre a diversidade ético-cultural para compreenderem que cada povo possui sua identidade própria, presente nas crenças, costumes, história e organização social, bem como perceberem suas contribuições para o desenvolvimento da humanidade, em especial do Brasil, também levar o aluno a se perceber parte desse povo.

- ✓ **DENGUE:** Conscientizar toda a comunidade escolar de sua responsabilidade no combate e prevenção ao mosquito da dengue.

- ✓ **PROJETO: FAMILIA E ESCOLA (2020/2021)** Conscientizar e sensibilizar a importância do acompanhamento familiar na vida escolar dos educandos, bem como da integração entre família e escola.

- ✓ **DIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA:** Incluir a família no processo de ensino-aprendizagem, estimulando o crescimento do aluno, fortalecendo a relação da criança com a sua família e a escola, tornando-a a principal parceira e colaboradora.

- ✓ **NATAL:** Despertar nas crianças o respeito às diversas religiões por meio da afetividade e socialização, utilizando recursos criativos e dinâmicos, bem como resgatar o verdadeiro espírito da data vivenciando situações que reflitam sobre os sentimentos de solidariedade e cooperativada em relação àqueles que passam por necessidades básicas de sobrevivência e, sobretudo compreender a importância do nascimento de Jesus para a humanidade.

16. COMPROMISSO DA ESCOLA

Nossa escola tem a missão de assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso, o sucesso e a permanência dos alunos no processo ensino e aprendizagem, formando cidadãos críticos e participantes, capazes de agir na transformação de uma sociedade mais justa e igualitária. Bem como buscar a formação intelectual, afetiva e moral do aluno em integração com suas famílias, comprometida com seu processo de aprendizagem, com as exigências da cultura e dispostos a contribuir, com competência, na criação de condições e meios que melhorem a qualidade da vida pessoal, familiar e social.

É tarefa da escola, juntamente com outras instâncias sociais, preservar a identidade do nosso povo, contribuir para melhorar a educação brasileira, garantindo e vivenciando os valores humanos e as diversas crenças presentes na instituição, afirmando o valor da vida, da família e da cidadania, fomentando o respeito às individualidades e às legítimas diferenças.

Baseado nestes princípios a Escola fez a opção por desenvolver um trabalho didático-pedagógico e humanista baseado na Concepção crítica da Educação.

Segundo esta concepção de educação, o papel da escola é o de socialização do saber elaborado, do saber sistematizado e não do saber fragmentado, valorizando a cultura popular que o aluno adquiriu através das suas experiências.

Mas, não basta a existência deste saber, é preciso que a escola ofereça condições de sua transmissão/assimilação. É importante ainda, a criação de oportunidades para que os alunos possam produzir, criar e recriar novos conhecimentos e aqueles historicamente produzidos pela humanidade, pois estes não são estáticos, são suscetíveis de transformação. Desta forma, eles poderão fazer a leitura da realidade concreta de forma crítica.

Esta Escola busca educar para a liberdade e para a responsabilidade. Entendemos que a escola deve exercer um papel de humanização a partir da socialização e da construção/produção de conhecimentos e de valores necessários à conquista do exercício pleno da cidadania.

17. FUNDAMENTOS LEGAIS

A EMEF Maria Jerônimo Nunes (Dona Neguinha) tem por finalidade atender o disposto nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, ministrar o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos observados em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

Para tanto a Secretaria Municipal de Educação de Mãe D`água/PB apresenta o plano curricular municipal de educação.

O documento reflete as necessidades de inovação e busca a implementação de uma educação transformadora e está em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Secretaria de Educação do Município, atendendo as diretrizes da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais e finais, dos regulamentos e leis que rege o ensino em todo território e os Referenciais Curriculares do estado do Paraíba.

VISÃO

Estarmos sempre voltados ao desenvolvimento integral do homem, especialmente na formação de seu caráter onde estes estejam dispostos a valorizar a instituição familiar, a servir a comunidade, ao estado e a pátria, com sabedoria e consciência de seus atos como seres participantes de uma sociedade humanizada, necessitada de homens verdadeiros e honestos.

MISSÃO

Oferecer a mais completa educação para a formação física, intelectual e social, para que assim, num futuro tenhamos cidadãos íntegros, dispostos a fazerem grandes transformações na sociedade, reconhecendo o verdadeiro valor da família e a importância da solidariedade. Que não sejam preconceituosos com o próximo e que tenham gravados em seu coração o valor e a importância da ética. Estarmos prontos a oferecer condições necessárias para que o educando tenha um desenvolvimento pleno e harmonioso.

VALORES

1. Participação - o trabalho em equipe é essencial para alcançarmos os objetivos traçados para uma melhoria educacional;

2. Conhecimento - o interesse pelas múltiplas dimensões do saber, a importância da aprendizagem para a vida e sua possível aplicabilidade para a solução dos problemas sociais;

3. Compromisso - formar pessoas que busquem constantemente o melhor, pessoas que sejam capazes de reavaliar as suas próprias atitudes, refletindo criticamente a respeito dela e buscando realiza-se cada vez mais e melhor com ética, responsabilidade, autonomia, criticidade e criatividade.

18. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

A globalização cultural e econômica tem marcado o mundo e nesse sentido, a busca por uma sociedade integrada no grupo familiar, comunitário e nacional, surge como necessidade para alcançar à integração da comunidade como um todo. As diversidades étnicas, regionais e culturais exercem papel crucial na sociedade contemporânea e é no âmbito dessa sociedade que a cidadania pode ser exercida. Neste contexto, a educação tem um papel bem preciso a desempenhar, ajudar o homem a compreender o mundo e a compreender o outro a fim de melhor compreender a si mesmo com mais sentido de responsabilidade, de solidariedade e de aceitação das diferenças culturais.

A inserção do Brasil no contexto da globalização, nos avanços científicos e tecnológicos, na reorientação ético-valorativa da sociedade, atribui à escola imensas tarefas, não apenas como sendo a única instância de formação de sujeitos, mas como aquela que exerce uma prática educativa social organizada, intencional e planejada, ao longo do tempo. Desta forma, a escola deve assumir-se como instância de discussão dos referenciais éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania, colocando em relevância reflexões sobre a dignidade do ser humano, sobre a igualdade de direitos recusa categórica de formas de discriminação e sobre a importância da solidariedade e a observância das leis.

Segundo o plano curricular municipal o foco está centrado na formação de competências e habilidades que de acordo com pesquisadores, é a capacidade dos estudantes se tornarem capazes para resolver problemas sempre novos, agir em ambientes instáveis, capazes de investigar, enfim conviver e interagir em sociedade onde nada permanece estável. Uma educação voltada para os desafios do século XXI.

19. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

As tendências pedagógicas, de maneira geral, são um conjunto de pensamentos de filósofos e autores a respeito da educação e como ela é compartilhada.

Assim como em qualquer outra área, o mundo da educação está em constante evolução! E para que seja possível acompanhar as mudanças socioeconômicas, ambientais e culturais frequentes, são feitos inúmeros estudos e pesquisas para desenvolver tendências pedagógicas que se adaptem às necessidades e realidade da sociedade.

As tendências pedagógicas atuais apontam a necessidade de uma educação personalizada e adaptada às necessidades individuais dos alunos. Além de muitas delas serem baseadas na metodologia ativa, visando formar alunos responsáveis, críticos e proativos!

A BNCC traz orientações para que as instituições de educação básica e seus profissionais possam modificar e/ou adaptar o currículo com as novas concepções a serem incluídas no planejamento pedagógico feito pelas escolas. Com base no conceito de “competências”, esse planejamento se apresenta como um novo caminho para a educação, a fim de alcançar sua real função no processo de aquisição do conhecimento.

Levando em conta que a educação é ao mesmo tempo um processo individual e um processo social que acontece através das inter-relações, a EMEF Maria Jerônimo Nunes , busca referências em algumas tendências existentes no sistema pedagógico objetivando suscitar no educando a consciência de si e do mundo, a escola busca na pedagogia progressista (baseada nos estudos de Paulo

Freire), a teoria dialética do conhecimento, refletindo a prática e retornando a ela para transformá-la.

Educador e Educando aprendem juntos numa relação dinâmica na qual a prática é orientada pela teoria, reorienta esta teoria num processo de constante aperfeiçoamento. Para Paulo Freire “o homem é o sujeito da educação e, apesar de uma grande ênfase no sujeito, evidencia-se uma tendência integracionista, já que a interação homem - mundo, sujeito - objeto é imprescindível para que o ser humano se desenvolva e se torne sujeito de suas práxis". É refletindo sobre seu ambiente concreto que o homem chegará a ser sujeito. Quanto mais ele reflete sobre a realidade, sobre sua própria situação concreta, mais se torna progressivo e gradualmente consciente, comprometido a intervir na realidade para mudá-la (MIZUKAMI: 86 1986). Em muitas atividades a Escola propõe, ao educando, o desenvolvimento da consciência de si mesmo, do ambiente social em que está inserido e do senso crítico, possibilitando que se torne um agente de transformação social. Outra tendência pedagógica da Escola é o construtivismo, que se refere ao processo pelo qual o indivíduo desenvolve sua própria inteligência adaptativa e seu próprio conhecimento. Para Piaget a noção de desenvolvimento do ser humano se dá por fases que se relacionam e se sucedem, até que se atinjam estágios da inteligência caracterizados por maior mobilidade e estabilidade (MIZUKAMI: 60,1986)."O ser humano constrói o seu conhecimento interagindo com o meio, desenvolvendo suas estruturas cognitivas até atingir um nível de maturidade que permita elaborar o aprendido e novamente recomeçar o processo. “Para dar condições ao educando de construir seu próprio conhecimento a Escola confere especial destaque à pesquisa espontânea da criança e do adolescente, proporcionando condições para que toda verdade a ser adquirida seja reinventada pelo aluno, ou, pelo menos, reconstruída e não simplesmente transmitida.

Também proporciona situações de exploração, por parte do aluno, de diferentes suportes portadores da escrita, tais como, revistas, jornais, dicionários, livros de histórias, poesias, bilhetes, receitas, propagandas etc.

Desenvolver nos alunos a capacidade de produzir ou de criar, e não apenas de repetir, é uma forte tendência escolar. Por fim, sabendo que a aprendizagem é um processo social e não só individual a escola busca nos estudos de Vygotsky

embasamento teórico para sua prática pedagógica e a interação com o meio e com o outro acontece nas relações cotidianas e histórico - sociais onde "o homem é um ser essencialmente social e histórico que, na relação com o outro, em uma atividade prática comum intermediada pela linguagem, se constitui e se desenvolve enquanto sujeito. Um caminho em que o homem, à medida que constrói sua singularidade, atua sobre as condições objetivas da sociedade, transformando-as." (FREITAS: 41 1995)

Neste sentido a escola entende a educação como um leque de pressupostos que devem ser adotados na medida em que se faz necessário uma abordagem teórica metodológica no processo ensino aprendizagem.

Para isso o uso de várias tendências são adotadas e ratificadas ao longo da caminhada confrontando assim os conhecimentos prévios dos alunos criando situações em que os alunos aprendam de forma igualitária respeitando seu tempo e suas capacidades e habilidades no processo de aprendizagem.

Sendo assim, de acordo com a BNCC:

> [...] competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017, p. 8).

20. MARCO CONCEITUAL

20.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

Um dos objetivos da educação em nossa sociedade é a construção do sujeito apto para agir de acordo com os preceitos estabelecidos como aceitáveis dentro um contexto social.

A sociedade é mediadora do saber e da educação presente no trabalho concreto dos homens, que criam possibilidades de cultura e de agir social a partir das contradições geridas pelo processo de transformação da base econômica.

A sociedade democrática pressupõe a possibilidade da participação do indivíduo na sociedade em todos os processos decisórios que dizem respeito à sua vida (família, escola, profissão etc.). A busca de uma democracia substantiva, participante, regida por princípios éticos de liberdade e igualdade social, continua

sendo um horizonte histórico, em suma, nossa utopia para a humanidade. E, cabe a nós educadores dar a nossa contribuição para a concretização desta utopia, fomentando nos nossos educandos uma participação ativa em sociedade.

20.2 CONCEPÇÃO DE ESCOLA

Compreende-se que a escola é um espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva devendo fortalecer a não discriminação, o não preconceito e o respeito as diferenças e diversidades (BNCC, 2017.p. 14).

A escola é o espaço onde as diversidades se encontram, respeitando as individualidades de cada um, garantindo acesso a todos os saberes e permitindo que todos possam atuar e transformar a sociedade na qual estão inseridos.

Diante do exposto queremos para nossa escola um ambiente educativo, onde os alunos possam desenvolver de forma plena habilidades e adquirindo senso crítico, autonomia e discernimento.

No entanto é necessário que a escola ofereça meios e mecanismos de se chegar a uma aprendizagem que realmente seja significativa e possibilite a transformação social dos seus educandos.

20.3 CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM

O conhecimento acontece com a interação do sujeito com o meio que o cerca. O aprendizado é construído aos poucos e o conhecimento ou conceito aprendido é resultado da reconstrução de conhecimento pré – existente.

Para Vygotsky a aprendizagem é produto da ação dos adultos que fazem a interferência no processo de aprendizagem das crianças. Nesse processo de mediação, o adulto usa ferramentas culturais tais como a linguagem e outros meios. Portanto a aprendizagem é um processo de internalização, no qual a criança domina e se apropriam dos instrumentos culturais como os conceitos, as ideias, a linguagem e as competências.

A aprendizagem não pode se limitar aos aspectos psicológicos como processos mentais. É preciso considerar também outros aspectos como os valores,

interesses, experiências, culturas, escolhas, fins que encaminham internalizações físicas e mentais que proporcionem ao sujeito a tomada de consciência de si mesmo e do que acontece no seu entorno. Vale ressaltar, que cada aprendiz possui suas especificidades. Na trajetória em busca do saber acadêmico, o professor tem como principal função ser o mediador. Caberá ao mediador, administrar as possibilidades de aprendizagem de cada discente, ciente de que as condições assimilativas não se dão da mesma forma e no mesmo tempo para todos, respeitando as limitações, necessidades e interesses de cada aluno.

Outro fator relevante para aprendizagem escolar do nosso tempo são as informações que surgem a cada momento, com o advento das novas tecnologias digitais que nos tornam, a todos professores e alunos, eternos aprendentes, para poder adquirir diferentes competências ao lidar com novos conhecimentos. São esses saberes que estabelecem diferentes formas de aprendizagem, além daquelas que temos considerado há algum tempo, importantes e essenciais.

20.4 CONCEPÇÃO DE MUNDO

O mundo é o lugar onde ocorrem as interações homem-homem e homem-meio social caracterizadas pelas diversas culturas e pelo conhecimento. Devido a rapidez do processo de assimilação das informações e pela globalização torna-se necessário proporcionar ao mesmo o alcance dos objetivos materiais, políticos, culturais e espirituais para que sejam superadas as injustiças, as diferenças, as distinções e as divisões na tentativa de se moldar o ser humano que se imagina. Isto será possível se a escola for um espaço que contribua para a efetiva mudança social.

21. PROPOSTA CURRICULAR

Pensar num currículo que garanta o acesso, a permanência e o sucesso escolar do aluno é primordial e deve estar pautada nos princípios emanados da Constituição Federal, da LDB e das Orientações Pedagógicas de maneira que possibilite ao aluno desenvolver sua capacidade de aprender a ser e a conviver no

mundo. O referencial curricular municipal traz concepções bem inovadoras a partir das necessidades atuais. Buscando caminhos de reflexão que dão sentido ao que se aprende nas escolas, integrando a realidade, com metodologias ativas tornando os estudantes protagonistas, em uma visão planetária e contextualizada provocando assim o desenvolvimento integral dos nossos alunos.

Com base nestes princípios o Plano Curricular vem embasado nos mais recentes conceitos sobre educação e consequentemente alinhado a BNCC e demais diretrizes educacionais vigente no país, buscando atingir uma sistemática de ensino que garanta o direito de aprendizagem com qualidade e equidade, assim como preconiza a nossa constituição federal.

Conforme definido na lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB, Lei de nº 9.394/1996) a base deve nortear os currículos, pois define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver na educação básica. Esse documento foi elaborado a partir das orientações normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Governo Federal. Como sabemos, é a primeira vez que o Brasil tem uma Base Comum Curricular a partir da qual as diretrizes fundamentais da Educação orientam os currículos, os planos de ensino e as ações públicas e privadas de entidades federativas, estaduais e municipais envolvidas com o ensino e a aprendizagem. Nascida dos diálogos entre milhares de profissionais da Educação, a Base leva à execução um direito social muito importante previsto pela Constituição Federal Brasileira: o direito à educação de qualidade com equidade, como um dos pilares ao exercício amplo da cidadania e a garantia da dignidade social e humana do indivíduo dentro de uma perspectiva inclusiva. Objetivamos através deste orientar a elaboração dos planos e ações educacionais em nossa unidade de ensino, e que surjam, da prática docente de cada educador, formas de implementação de uma educação inclusiva e igualitária.

Essa proposta privilegia o ensino-aprendizagem como construção do conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno e sua inserção no ambiente social, contemplando os conteúdos curriculares da Base Nacional Comum, bem como a parte diversificada do plano municipal tornando os alunos conhecedores de suas raízes ancestrais e com apropriação de sua própria história.

21.1 ORGANIZAÇÃO DA ESCOLARIDADE: MARCOS LEGAIS

A Constituição Federal de 88 – Art. 205 – Reconhece a Educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, Família e Sociedade (...). Art. 210 - Fixa conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais artísticos nacionais e regionais. LDB 9394/96 – Art. 26 – O currículo da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio devem ter Base Nacional Comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar. As Diretrizes Curriculares Nacionais – Art. 14 – Define **BASE NACIONAL COMUM** como conhecimento, saberes e valores produzidos culturalmente expressos nas políticas públicas que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico (...). Plano Nacional de Educação / Plano Municipal de Educação – Meta 2, 3 e 7: Estabelecida como estratégia para o cumprimento das metas.

Assim, mediante a lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006: "que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade foi implantado de forma gradativa. Contudo, na Resolução nº 7 de 14 de dezembro de 2010, são fixadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 (Nove) Anos e no art. 23 da LDB flexibiliza a organização da educação básica, portanto, do Ensino Fundamental, dizendo que, a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

A organização da escolaridade em ciclos traz uma perspectiva transformadora, mantém a preocupação com a qualidade do ensino e com a questão da aprendizagem. Tem o compromisso com a criação de um sistema educacional inclusivo, não seletivo e democrático, que garanta a apropriação do conhecimento de forma ampla e a aprovação de todos os alunos através da RESOLÇÃO CME/Nº 004/2022 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2022, Dispõe sobre a regulamentação de

normas aplicável no ano letivo 2022 em relação aos critérios de progressão escolar. Em consonância com o parecer jurídico Nº 054/2022 da UNDIME, sob demanda da seccional no Estado da Paraíba – Undime/PB.

21.2 DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

O currículo reafirma sua intencionalidade no processo de seleção de conteúdo. Assim, quando se opta por um currículo que trabalhe a totalidade de conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade muda-se o enfoque do mesmo na prática escolar.

21.3 MATRIZ CURRICULAR DOS ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL – 1º ao 5º ano

		Carga horária semanal/ aulas				
		1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
BASE NACIONAL COMUM	**Linguagem, Código e suas tecnologias**					
	Língua Portuguesa	5	5	5	5	5
	Arte	1	1	1	1	1
	Educação Física	1	1	1	1	1

	Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias					
	Matemática	5	5	5	5	5
	Ciências	3	3	3	3	3
	Ciências humanas e suas tecnologias					
	Geografia	2	2	2	2	2
	História	2	2	2	2	2
PARTE DIVERSIFICADA	Religião*	1	1	1	1	1
		20	20	20	20	20

21.4 CURRICULO ENSINO FUNDAMENTAL

A BNCC Ensino Fundamental – Anos Iniciais contempla a primeira etapa do segmento, bem como estudantes e professores do 1º ao 5º ano, enquanto os Anos Finais contemplam alunos e professores do 6º ao 9º ano.

Por fazerem parte de uma mesma Base, a BNCC da Educação Básica, a BNCC Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais possuem vários pontos em comum para garantir o percurso de aprendizagem contínuo, como a divisão por áreas do conhecimento, componentes curriculares e unidades temáticas.

21.5 COMPETÊNCIAS GERAIS

Uma das principais mudanças no Ensino Fundamental – Anos finais – e ao longo de toda a Educação Básica – conforme a proposta da BNCC, é a definição de um conjunto de 10 competências gerais. As competências gerais são a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BNCC)

Elas mantêm-se as mesmas da Educação Infantil ao Ensino Médio, mas se desdobram ao longo de cada uma dessas etapas da educação em diferentes direitos de aprendizagem, campos de experiência, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades específicas, adequando-se às particularidades de cada fase do desenvolvimento dos estudantes.

21.6 ÁREAS DO CONHECIMENTO

A organização estrutural da BNCC no Ensino Fundamental como um todo se dá por áreas do conhecimento, da mesma forma que acontece no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Tal organização busca favorecer a comunicação entre os conhecimentos e aprendizagens das inúmeras disciplinas, agora chamadas de componentes curriculares.

As áreas do conhecimento previstas pela BNCC são: **1) Linguagens, 2) Matemática, 3) Ciências da Natureza e 4) Ciências Humanas,** sendo que cada uma delas têm competências específicas de área – reflexo das dez competências gerais da BNCC – que devem ser promovidas ao longo de todo o Ensino Fundamental, como mostra o gráfico abaixo:

De acordo com a BNCC, "as competências específicas possibilitam a articulação horizontal entre as áreas, perpassando todos os componentes curriculares, e também a articulação vertical, ou seja, a progressão entre o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e o Ensino Fundamental – Anos Finais e a continuidade das experiências dos alunos, considerando suas especificidades."

Portanto, para além das competências, cada uma dessas áreas tem papel fundamental na formação integral dos alunos do Ensino Fundamental. Isso aparece nos textos de apresentação das áreas na BNCC. Além de mostrar tal papel, o documento dá destaque às particularidades do segmento, levando em consideração as especificidades e as demandas pedagógicas de cada etapa educacional.

21.7 COMPONENTES CURRICULARES

O que antes entendíamos como disciplinas ou matérias, chamamos agora de componentes curriculares. As disciplinas não deixaram de existir, o que mudou foi: a BNCC não chama mais Língua Portuguesa, por exemplo, de disciplina ou matéria. A Base a compreende como um componente curricular da área de conhecimento de Linguagens.

Cada área corresponde aos componentes curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais da seguinte forma:

ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRUCULATES ANOS INICIAIS E FINAIS
LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA ARTE EDUCAÇÃO FÍSICA LÍNGUA IINGLESA
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS DA NATUREZA
CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA HISTÓRIA
ENSINO RELIGIOSO	ENSINO RELIGIOSO

Com o intuito de garantir o desenvolvimento das competências específicas de área, cada componente curricular possui – conforme indicado no texto da BNCC – um conjunto de habilidades que estão relacionadas aos objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) e que se organizam em unidades temáticas.

21.8 ALFABETIZAÇÃO

Outro aspecto que muda com a BNCC Ensino Fundamental − Anos iniciais é a alfabetização. A partir da implementação da Base, toda criança deverá estar plenamente alfabetizada até o fim do 2º ano. Antes, esse prazo era até o terceiro ano – de acordo com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Portanto, nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, o foco da ação pedagógica deve ser a alfabetização. Isso é sistematizado pela BNCC nos tópicos abaixo, que mostram as competências e as habilidades envolvidas no processo de alfabetização, e que a criança deve desenvolver:

- Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação);

- Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e script);
- Conhecer o alfabeto;
- Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita;
- Dominar as relações entre grafemas e fonemas;
- Saber decodificar palavras e textos escritos;
- Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras;
- Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura (fatiamento).

Então, se a alfabetização deve ser concluída ao final do 2º ano, o aluno já deve sair dessa etapa escrevendo tudo corretamente? Não! No final desse período ele deve desenvolver as competências e habilidades mostradas acima.

Ao longo dos próximos anos processo de alfabetização será complementado com foco na ortografia, que ampliará os conhecimentos e as habilidades linguísticas do estudante.

21.9 UNIDADES TEMÁTICAS

Com a implementação da BNCC Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, a forma com que os conteúdos serão trabalhados em sala de aula ganhou novo foco. A divisão agora é por unidades temáticas, que consiste na reunião de um conjunto de conteúdo de uma mesma temática em uma unidade.

Na BNCC, essas unidades aparecem em praticamente todos os componentes curriculares ao longo de todo o Ensino Fundamental. Por exemplo, a unidade temática “Matéria e Energia” de Ciências aparece do 1º ao 9º ano, o que muda são os objetos de conhecimento e as habilidades exigidas para cada etapa. Segundo a BNCC:

> Respeitando as muitas possibilidades de organização do conhecimento escolar, as unidades temáticas definem um arranjo dos objetos de conhecimento ao longo do Ensino Fundamental adequado às especificidades dos diferentes componentes curriculares. Cada unidade temática contempla uma gama maior ou menor de objetos de conhecimento, assim como cada objeto de conhecimento se relaciona a um número variável de habilidades […]. As habilidades expressam as aprendizagens

> essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares. (BNCC)

Portanto, a partir dessas unidades, o conteúdo trabalhado em um ano pode ser retomado e ampliado nos anos seguintes, permitindo que o professor trabalhe novas habilidades em sala de aula.

Entre os componentes curriculares presentes na BNCC, somente o componente Língua Portuguesa – da área de Linguagens – não está estruturado em unidades temáticas. Ou seja, ela se organiza em práticas de linguagem **(leitura/escuta, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica), campos de atuação, objetos de conhecimento e habilidades.**

22. A PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Segundo o Plano Curricular Municipal os TCTs na BNCC visam cumprir a legislação que aborda a Educação Básica, garantindo aos estudantes os direitos de aprendizagem, pelo acesso a conhecimentos que possibilitem a formação para o trabalho, para a cidadania e para a democracia. Educar e aprender são fenômenos que envolvem todas as dimensões do ser humano e, quando isso deixa de acontecer, produz alienação e perda do sentido social e individual no viver. É preciso superar as formas de fragmentação do processo pedagógico em que os conteúdos não se relacionam, não se interagem.

Nesse sentido, os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) têm a condição de explicitar a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como de fazer sua conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento descritos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

É preciso registrar a importância da interdisciplinaridade, considerando como uma forma de pensamento que busca alinhar distintas abordagens, as quais devem possibilitar ao estudante um conhecimento amplo e, ao mesmo tempo, enriquecer o conhecimento específico, relacionando diferentes facetas dos componentes curriculares. Nesta perspectiva, você, professor (a), deve articular sua pratica mantendo um diálogo constante com as diferentes áreas de conhecimento. Para tal, o diálogo deve perpassar pela "reconstrução" permanente da sua identidade

docente, que, por sua vez, também se constrói nas trocas de experiências profissionais com os demais professores. Evitar, portanto, a visão única disciplinar que limita a prática pedagógica e o processo de ensino e de aprendizagem como um todo. É nessa multidisciplinaridade de ações que a proposta pedagógica do currículo escolar deve ser construída: a promoção de um olhar diverso para o mesmo tema é possível, ainda que, por vezes, custosa.

A interdisciplinaridade representa uma possibilidade de alçar voos amplos e frutíferos para o estudante, assim como o ler e o escrever devem ser compromissos de todos os componentes curriculares. Nesta perspectiva, não se deve entendê-la equivocadamente como uma oposição ao trabalho disciplinar. Ao contrário, deve-se enxergar a interdisciplinaridade como uma perspectiva, para nutrir os saberes disciplinares. Assim, é imprescindível o diálogo entre as áreas de conhecimento, a fim de que produzam saberes aprofundado, não reduzido a justaposições que favoreçam o conhecimento superficial do estudante tal como consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

23. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Numa perspectiva inclusiva, o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais visa possibilitar o desenvolvimento de suas competências e habilidades superando suas limitações. O currículo proposto é aberto e diversificado, adaptado às necessidades de cada aluno.

O atendimento Educacional Especializado (AEE) Conforme disposto no Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, em seu artigo 2º, a “educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltados a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2011).

Os alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas turmas de integração inversa, recebem atendimento complementar na Sala de Recursos. Estão previstas também as adequações curriculares, essas permitem adequar o currículo norteando a organização do trabalho de acordo com as necessidades de cada aluno a fim de, garantir o acesso e o sucesso escolar desses alunos.

As adequações curriculares focalizam as formas de ensinar e avaliar, levando em consideração os conteúdos, os objetivos e a temporalidade e são realizadas de acordo com as determinações do currículo de Educação Especial elaborado pelas Escolas Públicas da rede Municipal.

O trabalho de inclusão prevê a convivência com as diferenças, de maneira harmônica e respeitosa, para o fortalecimento dos valores humanos e para a garantia do direito de igualdade de oportunidades.

23.1 ESCOLA INCLUSIVA

A educação para pessoas com deficiência perpassa todas os níveis, etapas e demais modalidades de ensino, sem substituí-los, oferecendo aos seus alunos serviços, recursos e estratégias de acessibilidades ao ambiente e aos conhecimentos escolares.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas.

Partindo do princípio de que a educação inclusiva é um trabalho social e pedagógico, tendo em vista o apoio e a união entre escola e família. Esse vínculo possibilita ao indivíduo com deficiência um melhor aprimoramento do processo de

ensino bem como emocionalmente e intelectualmente para atingir o alvo comum que é o bem-estar e a aprendizagem do educando.

Portanto a Escola Municipal de Ensino fundamental Maria Jerônimo Nunes por meio do documento Política Nacional de Educação Especial Equitativa Inclusiva-PNEEEI(Brasil,2018), concretiza ações colaborativas em sala de aula comum e conta com o apoio da sala de recursos com serviços do Núcleo de apoio pedagógico especializado-NAPE que o município tem para dá um suporte aos trabalhos de inclusão.

A sala de recursos é um espaço organizado com materiais didáticos e pedagógicos, profissionais com formação para atender os alunos com deficiência, matriculados no ensino regular que serão atendidos em classes comuns e sala de recursos no contraturno.

Esse trabalho promove condições de acesso, participação, permanência e visa diminuir as barreiras existentes no processo de aprendizagem desses alunos aprimorando e valorizando cada um de acordo com suas peculiaridades, contando com apoio e incentivo da equipe multidisciplinar, pedagógica e da família no processo educativo.

23.2 METODOLOGIA

A Inclusão se dará através da matrícula de alunos com deficiência, pessoa com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), autismo (TEA), deficiência intelectual (DI), deficiência física, deficiência visual/baixa visão, auditivo e transtorno de aprendizagem, surdez ou perda auditiva.

Os conteúdos a serem ministrados serão alinhados de acordo com a Matriz Curricular, porém com o olhar atento capaz de atender suas especialidades e singularidades ao público-alvo da sala que conta com um orientador educacional, dois psicopedagogos, dois psicólogos, um professor de AEE e um assistente social.

Com isso, a sala de recurso contribui com o processo de inclusão da seguinte forma: trabalha com os alunos em turno inverso ao que estão matriculados e conforme cronograma e horário através do atendimento individual ou em grupo na

sala do AEE, apoia professores e profissionais de apoio do Ensino Regular; dialoga com as famílias através de reuniões orientando sobre a deficiência e como lidar com procedimentos necessários para a educação do seu filho.

Dentre as atividades curriculares destacam-se as oficinas de arte, jogos educativos, vídeos, comunicação alternativa, palestras, músicas, atividades motoras, campanhas educativas, visita escolar e domiciliar, entre outras que são desenvolvidas com o intuito de favorecer a autonomia do aluno, valorizando os aspectos lúdicos, criatividade, desenvolvimento de estratégia lógica e jogos adaptados de forma a constituir um conjunto específico mediante a produção do conhecimento.

Nesse sentido há uma grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na sala de recursos o qual não pode ser confundido com um reforço escolar.

23.3 FORMAS DE TRABALHO DENTRO DAS LEIS

A compreensão da educação para pessoas com deficiência nesta perspectiva está relacionada a uma concepção e a práticas da escola comum que mudam a lógica do processo de escolarização, a sua organização e o estatuto dos saberes que são objetos do ensino formal.

A declaração de Salamanca, 1994, afirma que todas as crianças tem necessidades e aprendizagem únicas, tem direito de ir à escola de sua comunidade, com acesso ao ensino regular e os sistemas educacionais devem implantar programas, considerando a diversidade humana e desenvolvendo uma pedagogia voltada para a criança.

A Lei n 13.146,06 de julho 2015 (LBI) destinada assegurar e a promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência visando a inclusão social e cidadania.

O Projeto de lei n°9.394, 20 de dezembro de 1996. Assegura a presença de cuidador na escola, quando necessário, ao educando portador de necessidades espaciais.

24. AREAS E COMPONENTES CURRICULARES

24.1 AREA DE LINGUAGENS

A área de Linguagens reúne os componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, no Ensino Fundamental – Anos Finais, Língua Inglesa. Assim, cada componente curricular da área evidencia linguagens que passam a ter status próprio de objetos de conhecimento escolar na presente proposta curricular, com a intenção de possibilitar aos alunos "participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens" (BRASIL, 2017, p.61).

A seguir são apresentadas as propostas específicas para cada um dos componentes da área.

- **LINGUA PORTUGUESA**

O Currículo de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental visa garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, consubstanciados nas competências gerais e específicas bem como nas habilidades delineadas na BNCC, destacando a importância de intensificar os eixos de estudos em vista da fluência leitora, considerando as práticas de linguagem situadas nos campos artístico/literário, de estudo e pesquisa, jornalístico/midiático, de atuação da vida pública e pessoal, cidadã e investigativa, na interface de 04 (quatro) eixos:

- **Oralidade;** contrariamente à escrita, que historicamente tem status garantido na escola, vem se fixando como eixo norteador do ensino de língua/linguagem, principalmente depois das orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). [...]. Assim sendo, a escola deve necessariamente colocar em seu plano de trabalho ações didáticas que orientem o sujeito aprendente a empregar a linguagem oral adequadamente nas mais diversas situações comunicativas.
- **Leitura/escuta/interpretação;** A Leitura, por sua vez, permite ampliar as possibilidades tanto de se aprender nas demais áreas de estudo escolar quanto de se adquirir autonomia para construção dos conhecimentos fora da escola.
- **Produção (escrita e multissemiótica);** A Produção Textual é orientada pela concepção dialógica da linguagem, cujo escopo é a unicidade do ato comunicativo,

que se organiza por gêneros textuais\discursivos, que são, por sua vez, determinados pelas condições de produção que envolvem os interlocutores e a situação comunicativa.

- **Análise linguística/semiótica -** (que envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma padrão – textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses). A Análise Linguística/Semiótica tem no texto seu ponto de partida e de chegada, e todo o percurso deve salientar a triangulação uso-reflexão-uso, conduzindo à percepção de como a língua/linguagem funcionam para a construção de sentidos, ou seja, permitindo explicar o que o texto diz e de que recursos da língua ele faz uso para dizer o que diz.

- **ARTE**

A BNCC assegura o Ensino de Arte nas quatro linguagens nas escolas, a LDB garante que, ao longo dos quatorze anos de formação educacional básica, seja oportunizado ao(à) estudante o domínio básico dos códigos epistemológicos das:

- **Artes Visuais**, compõem uma área de conhecimento dentro do amplo campo de conhecimento artístico, abarcando ainda outras linguagens e uma infinidade de gêneros artísticos, dentre eles o desenho, a pintura, a arquitetura, a gravura, o design, a cerâmica, a fotografia, a escultura, o audiovisual, a performance, o artesanato, a arte pública, o urbanismo, a instalação, a moda etc.
- **Teatro** Pensar o Ensino de Teatro no Ensino Fundamental é apresentar à criança a possibilidade do desenvolvimento estético, criativo, relacional a partir dos jogos e do aprendizado construído pelas práticas e vivências próprias dessa linguagem artística. [...]
- **Dança** Cabe ao Ensino de Dança, no componente Arte, no decorrer do Ensino Fundamental, promover novas relações com o espaço físico da escola, problematizar o uso do corpo no espaço escolar, expandir as possibilidades criativas, éticas e estéticas dos(as) estudantes, oferecer espaço de expressão de ideias, sentimentos e autoconhecimento.
- **A música** é uma expressão humana constituída pela organização do som em dimensões estéticas que ganham forma, sentido e significado nas interações sociais,

sendo resultado de conceitos, valores e saberes diversos estabelecidos no âmbito de cada cultura.

- **EDUCAÇÃO FISICA**

Os conteúdos de Educação Física do ensino fundamental foram pensados e elaborados buscando tanto uma conexão coerente com os conteúdos da fase de ensino subsequente, bem como a coesa adequação ao desenvolvimento biológico, 180 psíquico e social dos alunos na faixa etária em questão, conforme orientação dos principais teóricos da educação física escolar. Tanto os objetos de conhecimento quanto as habilidades têm como norte as seis unidades temáticas descritas na BNCC. São elas:

- **Brincadeiras e jogos**: "[...] aquelas atividades voluntárias exercidas dentro de determinados limites de tempo e espaço, caracterizadas pela criação e alteração de regras, pela obediência de cada participante ao que foi combinado coletivamente, bem como pela apreciação do ato de brincar em si [...]" (BRASIL, 2016, p. 103).
- **Esportes:** "[...] caracteriza-se por ser orientado pela comparação de um determinado desempenho entre indivíduos ou grupos (adversários), regido por um conjunto de regras formais ("formais"), institucionalizadas por organizações (associações, federações e confederações esportivas), [...]Além disso, os esportes reúnem "[...] tanto as manifestações mais "formais" dessa prática quanto as que lhe são "derivadas" [...]" (Ibid., p. 104).
- **Ginásticas (classificadas em três tipos):**
  - ✓ **Ginástica de demonstração**: "[...] reúnem as práticas corporais que tem como elemento organizador a exploração das possibilidades acrobáticas e expressivas do corpo, a interação social, o compartilhamento do aprendizado e a não-competitividade. Podem ser constituídas de exercícios no solo, no 183 ar (saltos), em aparelho (trapézio, corda, cama, fita elástica), de maneira individual ou coletiva [...]" (Ibid., p. 105).
  - ✓ **Ginástica de condicionamento físico**: "[...] se caracterizam pela exercitação corporal orientada a melhoria do rendimento, aquisição e manutenção da condição física individual ou modificação da composição

corporal. Geralmente se organizam em sessões planejadas de movimentos repetidos com frequência e intensidade definidas. [...]" (Ibid., p. 105).

- ✓ **Ginásticas de conscientização corporal**, "[...] reúnem práticas que empregam movimentos suaves e lentos, tal como a recorrência a posturas ou à conscientização de exercícios respiratórios, voltados para a obtenção de uma melhor percepção sobre o próprio corpo [...]" (BRASIL, 2015, p. 216).

- **Danças:** "[...] caracterizadas por movimentos rítmicos, organizados em passos e evoluções específicas, muitas vezes também integradas a coreografias [...]" (Ibid., p. 216).
- **Lutas:** "[...] focaliza as disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário [...]" (Ibid., p. 216).
- **Práticas corporais de aventura**: "[...] exploram-se expressões e formas de experimentação corporal centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam quando o praticante interage com um ambiente desafiador [...]" (Ibid., p. 216). O mesmo documento classifica tais práticas em dois tipos:
- **Práticas de aventura na natureza:** "[...] se caracterizam por explorar as incertezas que o ambiente físico cria para o praticante 184 na geração da vertigem e do risco controlado, como em corrida orientada, corrida de aventura, corridas de mountain bike, rapel, tirolesa, arborismo etc. Já as práticas de aventura urbanas [...]" (Ibid., p. 216).
- **Práticas de aventura urbanas:** "[...] exploram a "paisagem de cimento" para produzir essas condições (vertigem e risco controlado) durante a prática de parkour, skate, patins, bike etc. [...]" (Ibid., p. 217).

24.2 AREA DE MATEMÁTICA

- **MATEMÁTICA**

O ensino de Matemática visa a uma compreensão abrangente do mundo e das práticas sociais, qualificando a inserção no mundo do trabalho, que precisa ser

sustentada pela capacidade de argumentação, segurança para lidar com problemas e desafios de origens diversas. [...] Um currículo, na área da Matemática, precisa garantir o direito: à compreensão das ideias abrangentes que articulam conhecimentos específicos; ao desenvolvimento do pensamento analítico; e à interpretação de problemas, criação de suas próprias estratégias de resolução e produção de situações desafiadoras. A BNCC propõe cinco unidades temáticas: **Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas**, **Probabilidade e estatística**.

No processo da construção da noção de **número**, os alunos precisam desenvolver, entre outras, as ideias de aproximação, proporcionalidade, equivalência e ordem, noções fundamentais da Matemática. Para essa construção, é importante propor, por meio de situações significativas, sucessivas ampliações dos campos numéricos. No estudo desses campos numéricos, devem ser enfatizados registros, usos, significados e operações.

A unidade temática **Álgebra,** por sua vez, tem como finalidade o desenvolvimento de um tipo especial de pensamento – pensamento algébrico – que é essencial para utilizar modelos matemáticos na compreensão, representação e análise de relações quantitativas de grandezas e, também, de situações e estruturas matemáticas, fazendo uso de letras e outros símbolos.

Recomenda-se vários tipos de articulações internas no ensino da unidade temática **Geometria**, bem como o uso de diferentes representações e linguagens. Assim, nessa unidade temática, o estudo da posição e deslocamentos no espaço e o das formas e relações entre elementos de figuras planas e espaciais pode desenvolver o pensamento geométrico dos estudantes.

É importante, também, considerar o aspecto funcional que deve estar presente no estudo da Geometria: as transformações geométricas, sobretudo as simetrias. As ideias matemáticas fundamentais associadas a essa temática são, principalmente, construção, representação e interdependência.

As medidas quantificam grandezas do mundo físico e são fundamentais para a compreensão da realidade. Assim, a unidade temática **Grandezas e medidas**, ao propor o estudo das medidas e das relações entre elas – ou seja, das relações métricas (tempo, comprimento, volume e etc.) –, favorece a integração da

Matemática a outras áreas de conhecimento, como Ciências (densidade, grandezas e escalas do Sistema Solar, energia elétrica e etc.) ou Geografia (coordenadas geográficas, densidade demográfica, escalas de mapas e guias e etc.). Essa unidade temática contribui ainda para a consolidação e ampliação da noção de número, a aplicação de noções geométricas e a construção do pensamento algébrico.

A incerteza e o tratamento de dados são estudados na unidade temática **Probabilidade e estatística**. Ela propõe a abordagem de conceitos, fatos e procedimentos presentes em muitas situações-problema da vida cotidiana, das ciências e da tecnologia. Em se tratando de probabilidade, destacam-se discussões pertinentes sobre acontecimentos do cotidiano, possibilitando estimar eventos e estimular os estudantes ao uso de experimentos e observações de espaços equiprováveis. [...] Isso inclui raciocinar e utilizar conceitos, representações e índices estatísticos para descrever, explicar e predizer fenômenos.

24.3 CIÊNCIAS DA NATUREZA

- **CIÊNCIAS**

Neste componente curricular, alguns procedimentos fundamentais possuem ligação com a capacidade de leitura, escrita e outras competências, por permitirem a investigação, diferentes formas de comunicação, confronto de ideias, como, por exemplo, a experimentação, a comparação, o tratamento de dados, elaboração de textos informativos, construção de hipóteses, indispensáveis no processo de ensino aprendizagem da área.

A experimentação é um fator importante para o ensino de ciências da natureza, pois estimula o exercício de alguns desses procedimentos, entretanto, não se pode esgotar ele restringindo-o à mera execução de procedimentos estabelecidos previamente. É reconhecer as potencialidades que ele apresenta.

⇒ **UNIDADES TEMÁTICAS**

A luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dos seus objetos de conhecimento e Habilidades para cada ano foram organizados os conteúdos e objetivos de aprendizagem em três unidades temáticas:

- ✓ **Matéria e energia:** os conteúdos são abordados através do estudo de materiais e suas transformações, fontes e tipos de energia que são utilizados na vida cotidiana, com o intuito de construir o conhecimento sobre a natureza da matéria e os diferentes usos da energia.
- ✓ **Vida e evolução**: o desdobramento se dará contemplando o estudo das relações entre os seres vivos, suas características e necessidades, e a vida como fenômeno natural e social, os elementos essenciais à sua manutenção e à compreensão dos processos evolutivos que geram a diversidade de formas de vida no planeta. A proposta também traz um enfoque importante relativo à saúde individual e coletiva, considerando as políticas públicas vigentes.
- ✓ **Terra e universo:** nesta unidade almeja – se a compreensão das características da Terra, do Sol, da Lua e de outros corpos celestes – suas dimensões, composição, localizações, movimentos e forças que atuam entre eles. Dentro desta perspectiva busca-se promover conhecimentos sobre efeito estufa, camada de ozônio, vulcões, tsunamis, terremotos, clima e previsão do tempo, entre outros fenômenos.

- **GEOGRAFIA**

Este currículo de Geografia parte do pressuposto de que, para interpretar/analisar o mundo, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico.

Diante disso, a Geografia deve centralizar-se num ensino que contemple as experiências vividas pelos alunos, forme estudantes com habilidades e capacidades espaciais, facilitando o desenvolvimento geral do aluno que deverá compreender: os fenômenos econômicos, os conflitos de classe, as alterações das paisagens e a complexidade da dinâmica socioambiental, nas diversas escalas geográficas: local, regional, nacional e global.

Nesse contexto, a proposta curricular de Geografia nesse documento está pautada no desenvolvimento do raciocínio geográfico, alicerçado em uma educação geográfica que tem por finalidade a emergência de um cidadão crítico, participativo, democrático e eticamente responsável por um modo de vida voltado ao bem-estar social e preocupado com qualidade do meio ambiente local e global.

Nessa conjuntura, é importante ressaltar que os princípios geográficos devem ser trabalhados em associação – objetivando o desenvolvimento do raciocínio geográfico – com as principais categorias de análise da Geografia:

- **Espaço geográfico:** é um conjunto indissociável de sistemas de objetos (cidades, vias de transporte, sistemas de produção etc.) e sistemas de ações (fluxos de pessoas, mercadorias, pessoas, práticas políticas, culturais, entre outras).
- **Paisagem:** além de referir-se à relação visível do espaço, a paisagem é um conjunto de formas, que em determinado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações entre homem e natureza, constituindo-se como um conjunto de objetos concretos. Nessa perspectiva, essa categoria é trans temporal, juntando objetos passados e presentes, numa construção transversal.
- **Território:** se forma a partir do espaço, levando em consideração as relações de poder, ou seja, o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por determinado grupo social. Dessa maneira, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas.
- **Lugar**: está ligado à construção social que se dá ao longo do tempo, ou seja, uma construção sócio-histórica que se vincula à lógica social. Ele diz respeito ao espaço onde vivemos e construímos nossa identidade, possibilitando compreender as relações entre o local e o global.
- **Região:** associa-se ao princípio da espacialidade diferencial dos processos sociais e naturais. Assim, a região se estabelece a partir de um conjunto de elementos políticos, econômicos, culturais e naturais necessários à diferenciação de determinados espaços em diferentes lugares.

Essa associação de categorias analíticas proporciona o desenvolvimento do pensamento espacial, o qual propicia a análise da dinâmica socioespacial em diferentes escalas geográficas.

- **HISTÓRIA**

O ensino de História, assim como qualquer outro campo do conhecimento humano, não deve ser compreendido como algo estático, imutável e afastado da experiência humana. Existe uma pluralidade de concepções, métodos e objetivos que variam de acordo com o tempo, com o lugar e com os sujeitos. Nossa compreensão sobre o ensino de História tem como ponto central o desenvolvimento do pensamento histórico, ou seja, a construção da noção dos processos de mudança e permanência que se relacionam com questões contemporâneas. Os desafios cotidianos que enfrentamos devem servir como referência na escolha do que deve ou não ser trabalhado em sala.

Não podemos planejar de costas para a realidade local, regional, nacional e global. Portanto, consideramos que, dentre as habilidades inerentes ao pensamento histórico, a capacidade de avaliar as diferentes fontes de informação, assim como o seu processo de produção, tem adquirido uma maior relevância. [...]. A construção das narrativas acerca dos fatos se dá através das relações entre eventos, lugares e pessoas no tempo e no espaço. Nesse sentido, compreendemos que a produção dos conhecimentos histórico e do desenvolvimento da consciência histórica se dá através da relação entre os sujeitos e os objetos dos conhecimentos e que essa interação é mediada através de conceitos. Existe uma diversidade de conceitos úteis ao ensino de História e, dentre eles, elegemos quatro: identidade, cidadania, cultura e tempo, os quais consideramos princípios fundamentais para os processos de ensino e aprendizagem da História.

24.4 ÁREAS DE ENSINO RELIGIOSO

- **ENSINO RELIGIOSO**

O Ensino religioso (ER) é um componente curricular presente na BNCC essencial e determinante na formação do ser humano. Todos os componentes

curriculares são importantes, mas o ER contém o elemento religioso que alicerça a vida humana. Segundo Coll (2002), a sociedade é resultado, não só do logos (racionalidade), mas sobretudo das dimensões mítico-simbólica e do mistério. A primeira corresponde a um nível de realidade da razão lógica, reflexiva e conceitual. Já o mistério se relaciona ao que não pode ser pensado e nem dito, mas que igualmente real, tal qual percebemos pela razão. Assim, toda cultura veicula uma concepção de humano, do divino e do cósmico. (POZZER et al, 2015)

A temática do Ensino Religioso Não Confessional nas redes públicas de ensino como direito do educando e como obrigatoriedade de oferta por parte do Estado e do município está intrinsecamente ligada aos princípios democráticos e da paz, aos direitos civis e políticos de cada cidadão, bem como dos Direitos Humanos. O Brasil confirma em sua Carta Magna Art. 5º que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade."

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) ressaltam a construção de culturas de paz, respeito ao outro e as relações socioambientais, o direito à vida do/no Planeta, a eliminação das diversas formas de preconceitos e intolerâncias, a educação intercultural, os direitos humanos e à aprendizagem, laicidade do Estado, diversidade e liberdade religiosa, pessoas sem religião e outras temáticas que integram o currículo da escola na atualidade. Estabelecido como componente curricular de oferta obrigatória nas escolas públicas de Ensino Fundamental, com matrícula facultativa, aqui na Paraíba e em diferentes regiões do país, foram elaboradas propostas curriculares, cursos de formação inicial e continuada e materiais didático-pedagógicos que contribuíram para a construção da área do Ensino Religioso, cujas natureza e finalidades pedagógicas são distintas da confessionalidade.

O Ensino Religioso está formatado na BNCC em três unidades temáticas: Identidades e Alteridades, Manifestações religiosas Crenças religiosas e filosofias de vida.

1. Na unidade **Identidades e Alteridades** possibilita a distinção entre o "eu" e o "outro", "nós" e "eles", cujas relações dialógicas são mediadas por referenciais

simbólicos representações, saberes, crenças, convicções, valores a serem abordados especialmente nos anos iniciais, do Ensino Fundamental.

2. Na unidade **Manifestações religiosas**, pretende-se proporcionar o conhecimento, a valorização e o respeito às distintas experiências e manifestações religiosas, e a compreensão das relações estabelecidas entre as lideranças e denominações religiosas e as distintas esferas sociais, envolvendo símbolos, ritos, espaços, territórios sagrados e lideranças.

3. Na unidade **Crenças Religiosas e Filosofias de Vidas** são trata dos aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, particularmente sobre os mitos, ideia(s) de divindade(s), crenças e doutrinas religiosas, tradições orais e escritas, ideias de imortalidade, princípios e valores éticos.

No caso do Ensino Religioso, é importante que toda a comunidade escolar tome conhecimento sobre como deve ocorrer processo avaliativo.

> O Artigo 33 da LDB nº. 9394/1996, alterado pela Lei de nº. 9475/1997 (Lei do Ensino Religioso) assegura que: Art. 33- O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Neste caso, a lei estabelece ser tal ensino "[...] obrigatório para a escola e facultativo para o aluno." Logo, no processo de avaliação os(as) estudantes são avaliados. Quando tratamos sobre o ensino e aprendizagem do Ensino Religioso, é essencial observar como é realizada a avaliação.

Os desdobramentos necessários a cada conteúdo que estejam além deste documento deverão ser considerados no Projeto Político Pedagógico de cada escola, considerando suas especificidades, bem como no Plano de Curso da disciplina proposto pelo professor.

25. BASE NACIONAL COMUM E A PARTE DIVERSIFICADA DO CURRÍCULO

É indispensável que a escola se reúna para discutir a concepção atual do currículo, expressa tanto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) quanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e na própria BNCC para os diferentes níveis de

ensino. A legislação educacional brasileira quanto à composição curricular, contempla dois eixos:

1. Uma Base Nacional Comum Curricular, com a qual se garante uma unidade nacional, para que todos os alunos possam ter acesso aos conhecimentos mínimos necessários ao exercício da vida cidadã. A Base Nacional Comum é, portanto, uma dimensão obrigatória dos currículos nacionais e está sendo definida pela União, com a colaboração de educadores e especialistas de todo país.

2. Uma Parte Diversificada do currículo, também obrigatória, que se compõe de conteúdos complementares, identificados na realidade regional e local, que devem ser escolhidos em cada sistema ou rede de ensino e em cada escola. Assim, a escola tem autonomia para incluir temas do interesse da sua comunidade. Por meio da construção da proposta pedagógica da escola que a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada se integram, a composição curricular deve buscar a articulação entre os vários aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e a tecnologia, cultura e as linguagens) com as áreas de conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física e Educação Religiosa).

A Base comum deve ser contemplada em sua totalidade nos currículos estaduais, municipais e das instituições de ensino. A parte diversificada, por sua vez, pode corresponder a até 40% dos currículos locais. Dentro desta margem, cabe aos profissionais da educação a definição dos conteúdos que são relevantes para a realidade em que estão inseridos

- **Município de Mãe D'água: Aspectos humanos, sociais, econômicos, políticos e culturais**

COMPONENTE CURRICULAR	PARTE DIVERSIFICADA
Língua Portuguesa	A história de Romano da Mãe d'Água Projeto sobre: a peleja de Romano da Mãe d'Água e Inácio da catingueira História do Município trabalhada nos gêneros Textuais;

	Textos diversos: leitura, estudo interpretativo, oralidade e produção. Cultura popular nordestina: cordel; Poesias e poetas regionais.
Arte	História do artesanato do município: Principais artesãos; Música (banda); Tipos de artes; Cordel: cultura popular nordestina; Datas comemorativas; Artes rupestres do nosso município; As festas culturais do nosso município; As belezas naturais do município de Mãe d'Água.
Educação Física	Campeonatos escolares: xadrez, Futebol, entre outros; Projeto voltado para atividade física da população.
Matemática	Economia do município: importância da economia financeira para as famílias; Atividades de pesquisa envolvendo os preços praticados no comércio do nosso município e nas feiras livres; IDH do município de Mãe d'Água; Distribuição da população urbana e rural em Mãe d'Água;
Ciências	Preservação do meio ambiente. Manutenção das praças Locais; Feirinha de ciências; Alimentação saudável; Projetos de Reciclagem; Arborização, coleta de lixo;

	Fauna e flora da Caatinga; Saneamento básico e coleta e destino do lixo no nosso município.
História	O turismo local; Pontos turísticos que se destacam; Datas comemorativas especificas do Município; Projetos sobre patrimônio público; Pinturas rupestres; Pesquisa sobre o desenvolvimento do município; Folclore: o que temos no município; Festas tradicionais, religiosas, entre outras; Origem e emancipação do município de Mãe d'Água; Evolução histórica do nosso município; Os símbolos do nosso município: Hino, Brasão, escudo e bandeira.
Geografia	O município de Mãe d'Água: Clima, relevo, limites geográficos, hidrografia, população, economia, etc. O êxodo rural no nosso município.
Ensino religioso	Valores humanos: ética, responsabilidade, solidariedade, respeito, empatia, justiça, diversidade, igualdade, etc; Os direitos fundamentais da pessoa humana; Cidadania; Meio ambiente.

26. ENSINO REMOTO

No ano de 2020 foi implantado O “Regime Especial” de ensino remoto, devido a pandemia da COVID -19, que teve início no dia 04 de maio de 2020. Sob o Decreto Estadual de nº 40.128 de 17 de março de 2020; Decreto Municipal de nº 8/2020 de 19 de março de 2020; Resolução CEE de nº 120/2020 de 15 de abril de 2020; Parecer do CNE de nº 5/2020 de 28 de abril de 2020 e a Resolução do CME de nº 001/2020 de 29 de abril de 2020. No entanto no ano de 2021 ainda vivenciamos um período específico, cuja preocupação esteve voltada para a preservação da vida, saúde pública e individual, não apenas física, mas também psicossocial. E dando continuidade a esta caminhada com aulas remotas, requer de cada um, preparação e equilíbrio com propostas de atividades respeitando as condições tecnológicas, estruturais, sociais, a ausência física do professor e as demais necessidades específicas dos alunos. É importante destacar, que toda essa dinâmica pedagógica que irá subsidiar o professor nesse processo de ensino/aprendizagem; onde essa, está sistematizada pensando no vínculo estabelecido entre a Criança, a Família e a Escola.

As atividades foram estruturadas, para atingir a aquisição das habilidades básicas do ciclo de alfabetização. Sugeriu-se, no período de emergência, que a escola oriente as famílias com roteiros práticos e estruturados para acompanharem a resolução de atividades pelas crianças.

No entanto, as soluções propostas pela escola não devem pressupor que os "mediadores familiares" substituam a atividade profissional do professor. As atividades não presenciais propostas devem delimitar o papel dos adultos que convivem com os alunos em casa e orientá-los a organizar uma rotina diária.

26.1 A METODOLOGIA NO PERIODO DE ENSINO REMOTO

As atividades devem ser estruturadas, para que se atinja a aquisição das habilidades básicas do ciclo de alfabetização. Sugere-se, no período de emergência, que a escola oriente as famílias com roteiros práticos e estruturados para acompanharem a resolução de atividades pelas crianças. No entanto, as soluções propostas pela escola não devem pressupor que os "mediadores familiares"

substituam a atividade profissional do professor. As atividades não presenciais propostas devem delimitar o papel dos adultos que convivem com os alunos em casa e orientá-los a organizar uma rotina diária. Para tanto sugeriu-se aqui as seguintes possibilidades para que as atividades fossem realizadas:

- ✓ Usar o App WhatsApp e e-mails (Criar grupos por turma, onde o administrador pelo grupo será o professor);
- ✓ Google Meet;
- ✓ Vídeos educativos do you tube;
- ✓ Utilização de aplicativos para edição de videoaulas (kinemaster);
- ✓ Trabalhar as sequências didáticas (o Planejamento será alinhado com a metodologia das sequências didáticas (SOMA e PMALFA)
- ✓ Sistematizar o uso do livro didático (fazendo alternância de atividades impressas e/ou atividades utilizando as multimídias); O professor enviará seu material à escola para ser feito a impressão
- ✓ Currículo continuum (flexibilização e conexão dos currículos de 2020/2021, retomando habilidades e conteúdo que não puderam ser contemplados em 2020 ou que precisam ser aprofundados).

Aulas síncronas (30 minutos) e assíncronas (gravação de aulas em áudio/vídeo em casa ou na escola, produção de slides com ou sem a imagem do professor, como preferir, com duração de no máximo 15 minutos e posteriormente postadas nos grupos de acordo com um cronograma previamente apresentado e aprovado pela equipe), seguindo os seguintes cronogramas: Cronograma de total de aulas virtuais e atividade por disciplina, e um cronograma das aulas semanais para registros e postagens por dia, disciplina e horário de início das aulas.

Considerando o contexto do retorno às aulas presenciais, após a sua suspensão, em março de 2020, devido à pandemia da Covid-19, e a necessidade de recomposição das aprendizagens para os anos de 2022/2023/**2024**, na rede de ensino, com o objetivo de identificar as dificuldades apresentadas, considerando as habilidades já apropriadas pelos estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem no ensino remoto.

26.2 PLANEJAMENTOS PEDAGÓGICOS DURANTE O ENSINO REMOTO

Diante do cenário mundial que vivemos em decorrência pandemia da COVID-19, faz-se necessário uma mudança na postura do professor, que necessita ser ainda mais pesquisador, a utilizar as tecnologias de informação e comunicação, além da importância da troca de conhecimentos das experiências que estão dando certo nas aulas virtuais. Nesse sentido o planejamento pedagógico ganha uma nova roupagem é o momento de refletir sobre novas estratégias e oportunidades de aperfeiçoamento do processo de aprendizagem para estudantes e equipes escolares em atividades não presenciais, por meio de práticas eficazes de ensino e processos verificáveis de aprendizagens. O planejamento nos dias atuais está acontecendo da seguinte forma:

→ Presencial (levando em consideração a situação da covid-19 no município, adotando todas as medidas de prevenção);

→ Virtual (levando em consideração a situação da covid-19 no município, adotando todas as medidas de prevenção);

→ Quinzenal.

27. METODOLOGIA DO ENSINO

O trabalho pedagógico na EMEF Maria Jerônimo Nunes parte de uma concepção humanista de educação, tendo como base a BNCC, e a fundamentação teórica de alguns pensadores.

Jean Piaget em “As Leis do Equilíbrio”, diz que para a aprendizagem acontecer é preciso o desequilíbrio, algumas incertezas, para assimilar novas informações, formulando hipóteses sobre elas e surgirá, então, a acomodação e o reequilíbrio.

Uma concepção de metodologia que considere e respeite o fazer humano deve ter a característica da construção e transformação contínua, procurando permanente evolução.

Tal fazer não tem receitas prontas ou se constitui em um método. Partindo da pluralidade e diversidade da essência humana, desafiá-la, questioná-la, ampliá-la

não podem ser ações únicas, devendo ser inspiradas por princípios claros, mas adaptadas a cada indivíduo e situação com engenho e arte.

Na prática escolar são as reflexões metodológicas que, fundadas nas concepções de homem, mundo, sociedade e educação, num diálogo vivo, questionador, que dimensiona o conhecimento histórico das experiências sociais, contextualizam o ser como humano e a sociedade como espaço vivencial.

Enfim, a metodologia deve ser:

- **Questionadora**: na medida em que apresenta as contradições básicas da vida com problemas que desafiam as pessoas nela envolvidas;
- **Integradora**: na medida em que possibilita às pessoas captarem o desafio e relacionarem com todas as dimensões da vida;
- **Crítica**: na medida em que oportuniza a busca das causas dos problemas existenciais, sociais e políticos.
- **Impulsionadora da ação**: na medida em que, ao responderem os desafios, as pessoas sintam-se comprometidas no processo de transformação de sua realidade;
- **Dialógica**: na medida em que elas são chamadas a conhecer, a elaborar o seu conhecimento, quando se encontram em autêntica comunicação com outras pessoas;
- **Criativa**: na medida em que oferece a elas a possibilidade de construir seu saber, partilhando suas experiências, inventando e reinventando seu mundo, criando sua cultura e forjando seu destino como seres históricos;
- **Permanente**: na medida em que, considerando os alunos como seres inacabados, numa realidade igualmente inacabada, dando-lhes a chance de refazerem, na ação-reflexão, constantemente, sua realidade existencial, tendo em vista sua plena libertação, em busca do saber.
- **Ambientes flexíveis de aprendizagem:** espaços que respeitam os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem a partir do conhecimento prévio do aluno.

28. PLANEJAMENTOS PEDAGÓGICOS ATUAIS

Para planejar, é preciso um pensamento reflexivo, um olhar mais humano e ações mais significativas para o processo ensino aprendizagem. Para tanto o profissional deve mudar sua postura enquanto “homem” e “professor”. Primeiramente é preciso mudar a si próprio para, então, pensar em mudar os outros.

Planejar significa, a partir da realidade do estudante, pensar as ações pedagógicas possíveis de serem realizadas no intuito de possibilitar a produção e internalização de conhecimentos por parte do/a educando/a. Além disso, o planejamento deve contemplar a possibilidade de um movimento de ação-reflexão-ação na busca constante de um processo de ensino-aprendizagem significativo.

28.1 OBJETIVO DO PLANEJAMENTO:

- Conhecer o aluno, observar e categorizar as suas necessidades e a partir desta constatação, pensar em um planejamento concreto que faça a relação das vivências para o conhecimento científico.

Portanto, deve-se dar ênfase as atividades pedagógicas; o conteúdo em sala de aula será resultado da discussão e da necessidade manifestada a partir do conhecimento que se tem do próprio estudante. Logo, de posse de alguns dados referentes ao conhecimento internalizado pelo educando, passa-se a reflexão e discussão sobre os conhecimentos historicamente sistematizados.

Essa forma permite que professor/a e aluno/a avancem em seus conhecimentos e se constituam como sujeitos reflexivos. A escola deve elaborar, por disciplina, aqueles conteúdos necessários pertinentes a cada série que serão o ponto de partida.

Com a implantação do **Programa Integra Educação Paraíba** o planejamento tem tomado novos e significativos rumos, além das já instituídas ações pedagógicas que vinham sendo desenvolvido o uso de livros paradidáticos, formação para os professores para o aperfeiçoamento do trabalho com as sequências didáticas deram um novo ar às práticas pedagógicas e ao planejamento, pois a interdisciplinaridade ocorre de forma mais sistemática e atrativa.

Para melhor explicitar as ações do planejamento temos as seguintes atribuições:

→ Colaboração na execução do currículo contínuo;

→ Colaboração na proposta curricular municipal na parte diversificada;

→ Retorno dos planejamentos semanais;

→ Atualização dos PPP's (Projeto Político Pedagógico);

→ Registrado em ata de todos os encontros pedagógicos e assinado por todos;

Obs: A ata deve conter a pauta e os encaminhamentos da reunião.

29. AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Avaliação é um conceito que sempre integrou as práticas escolares. No Ensino Fundamental isso não é diferente. Contudo, com a determinação da Base Nacional Comum Curricular, além do conhecimento cognitivo construído pelo aluno, as avaliações no Ensino Fundamental também devem observar o desenvolvimento de habilidades e competências.

Reconhecida como um dos principais instrumentos para verificação da aprendizagem, é comum que as tradicionais provas integrem o calendário escolar de todos os anos desse segmento. Porém, é preciso se atentar para uma análise global e integral do estudante, e isso abre espaço para novas formas de avaliação.

As avaliações não devem ser encaradas como uma exigência burocrática da escola, apenas para cumprir as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais. É preciso que o educador reconheça a ação como um elemento integrador entre o processo de ensino e de aprendizagem.

Contemplado em todo o processo educacional, são os resultados da mensuração dos conhecimentos construídos pelos alunos que permitem a reorganização das situações de aprendizagem, de modo a favorecer esse processo. Por isso a importância das avaliações de aprendizagem acontecerem de maneira contínua e sistemática.

Muito mais do que apontar acertos ou erros, pontuar ou classificar os alunos, o mapeamento do desempenho da turma (e também de cada criança) indica os avanços e as dificuldades que precisam pautar o planejamento pedagógico da

etapa seguinte. Verificar o que os estudantes sabem é condição fundamental para as estratégias didáticas, sejam elas referentes ao desempenho da escola, dos professores e/ou dos alunos.

Segundo a BNCC, as práticas avaliativas têm sua atuação ampliada, desvinculando-se de visões reducionistas que privilegiam somente a dimensão intelectual.

De acordo com LDB 9394/96, a avaliação do processo ensino/aprendizagem deve ser diagnóstica, contínua, processual e formativa. Considerada a aprendizagem como processo qualitativo, para o qual, o professor utilizará no processo avaliativo diferentes práticas pedagógicas e instrumentos variados para mensurar os avanços do educando.

Estas práticas e instrumentos devem ser selecionados de acordo com cada conteúdo, seriação escolar e/ou objetivo, devem ainda estar articulados aos conteúdos estruturantes, básicos e específicos, aos conceitos geográficos, as categorias espaço/tempo, contemplando a escala local e global. Assim, a avaliação tanto deve acompanhar a aprendizagem dos alunos quanto nortear o trabalho do professor.

O que possibilita ao educador uma reflexão permanente sobre a sua realidade, ou sobre o seu fazer pedagógico, uma possibilidade de acompanhamento contínuo do educando, na trajetória da construção do conhecimento.

A partir da determinação de uma matriz escolar comum para todos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também direciona as formas de monitoramento do desempenho dos alunos. Segundo o documento normativo – que preconiza o desenvolvimento global do estudante -, as avaliações precisam ter como principal objetivo uma análise integral dos alunos.

Não basta avaliar os estudantes quantificando o que eles sabem sobre um determinado conteúdo. É fundamental assisti-los durante a produção e comprovação desse saber. Ao observar e registrar as habilidades dos alunos, o professor consegue efetivamente levantar o que de fato foi aprendido e em quais pontos ainda existem faltas, traçando, assim, o planejamento de um percurso de aprendizagem.

Por considerar todas as dimensões formativas do sujeito – intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica –, a BNCC concebe as práticas avaliativas como parte de um conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. No que tange a avaliação, especificamente, o documento determina às instituições de ensino:

> "construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos". (BNCC, 2018, pág. 17)

Sem delimitar os instrumentos e a frequência, a BNCC explicita o viés de "avaliação formativa". Esse tipo de avaliação busca medir o desempenho escolar dos estudantes, porém, fugindo à maneira tradicional. Contrária à concepção classificatória, o conceito de avaliação formativa considera o aluno como parte indispensável no processo de ensino e aprendizagem.

Em essência, para fazer a avaliação no Ensino Fundamental seguindo as diretrizes da BNCC, é preciso se atentar a três pontos:

- Assegurar uma análise global e integral do estudante. Ou seja, considerar, além de conteúdos, as competências e habilidades pretendidas para cada etapa;
- Levar em conta os contextos e as condições de aprendizagem. Isto é, identificar as características do alunado e suas especificidades e demandas pedagógicas, além dos conhecimentos prévios;
- Promover o protagonismo dos estudantes, assegurando que eles se apropriem da medida de sua atuação no processo de ensino-aprendizagem.

Dessa maneira, vale apostar em novas formas de avaliação e registro para mensurar o aprendizado dos alunos do Ensino Fundamental. E esses instrumentos avaliativos vão muito além das provas tradicionais.

O IDEB é um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que é composto pelos resultados do fluxo escolar e as médias de desempenho dos estudantes.

Segue quadro demonstrativo dos anos 2019/2021.

2019	**4,8**
2021	**4,7**

Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente.

As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

30. A TECNOLOGIA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Mesmo com tanta diversidade de potenciais ferramentas de avaliação da aprendizagem, a tecnologia, sem dúvida, amplia ainda mais os horizontes na hora de avaliar os estudantes. Por isso, os pilares da avaliação formativa abrem espaço para práticas integradas ao universo digital, principalmente em tempos de salas de aula virtuais.

Enquetes, fóruns de discussão e simulados online surgem como excelentes alternativas para esse contexto. Contudo, as escolas podem contar com avaliações consolidadas, testadas e comprovadas. Essa é a proposta de Plataformas Educacionais, que buscam auxiliar as práticas educacionais promovendo a inserção da tecnologia na rotina dos estudantes.

31. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

31.1 PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS

O sistema de avaliação é Bimestral, na forma de nota de 01 a 10 (um a dez) para os alunos do 3º ao 5º ano, tendo três exercícios bimestrais para os componentes curriculares com mais de uma aula semanal exceto para as disciplinas de geografia e história que terá apenas 02 exercícios bimestrais. O componente curricular que tiver uma aula semanal terá dois exercícios por bimestre.

Para o 1º e 2º ano, a avaliação será contínua, participativa, formativa e diagnóstica, tendo como objetivo verificar o desempenho do aluno e assegurar a sua aprendizagem, tomando como princípio a avaliação proposta pelo programa Integra Educação Paraíba (SOMA) e Competências do Sistema Saber, sendo assim, o aluno é promovido automaticamente para o ano seguinte, salvo os casos dos alunos evadidos.

A recuperação de estudos ocorre mediante a retomada dos objetivos de aprendizagem e a reavaliação, permitindo a recomposição da aprendizagem (recomposição das aprendizagens – INSTITUTO REÚNA).

A média anual por componente curricular para efeito de promoção deverá ser igual ou superior a 5,0. Podendo assim ser arredondada, no cálculo de qualquer média, a primeira casa decimal sempre arredondada para mais, quando a segunda casa decimal for igual ou superior a 5,0 (cinco), e desprezada quando esta for inferior a 5,0 (cinco), sendo mantida a primeira casa decimal. O mesmo percentual (50% de aproveitamento mínimo) deverá ser atingido na média geral entre os componentes curriculares.

Será considerado aprovado por média, o aluno que conseguir a média 7,0 (sete) por componente curricular ao final dos quatro bimestres, ou seja, ao término de ano letivo.

Serão submetidos à Prova Final, os alunos que após os estudos de recuperação não obtiveram média aritmética 7,0 (sete), ou seja, 280 (duzentos e oitenta) pontos no conjunto dos componentes curriculares;

Será considerado aprovado, após prova final o aluno que obteve média ponderada anual 5,0 (cinco), apurada através de média aritmética dos 04 bimestres, atribuindo-lhe peso 6,0 (seis), e peso 4,0 (quatro) para a nota da prova final, somando os dois resultados e dividindo por 10 (dez), conforme a fórmula a seguir:

$$MPA = \frac{MQB \times 6 + NPF \times 4}{10}$$

MPA: Média Ponderada Anual

MQB: Média dos Quatro Bimestres

NPF: Nota da Prova Final

Nesta perspectiva, a avaliação é a reflexão transformada em ação, que impulsiona a novas reflexões e ações. O que possibilita ao educador uma reflexão permanente sobre a sua realidade, ou sobre o seu fazer pedagógico, uma possibilidade de acompanhamento contínuo do educando, na trajetória da construção do conhecimento.

32. RECUPERAÇÃO

A recuperação de estudos é integrada ao processo de ensino, adequando-se às dificuldades do aluno, tem por objetivo superar deficiências e distorções verificadas no processo de aprendizagem, evidenciadas por nível insatisfatório de aproveitamento escolar demonstrado pelo aluno, podendo assumir várias formas, tais como: pesquisa, relatórios, atividades individuais e em grupo, produções escritas ou de caráter continuo, essas serão desenvolvidas ao longo do ano letivo, no decorrer de cada bimestre, como parte integrante das atividades normais na Unidade de Ensino. Esta recuperação deverá ser realizada durante o ano letivo, de forma paralela, ao final de cada unidade didática.

A recuperação será oferecida aos alunos com rendimento inferior à 50% de aprendizagem em qualquer dos componentes curriculares, desde que o aluno apresente aproveitamento insuficiente no processo de ensino aprendizagem ou seja que obtiverem nota inferior a 7,0 (sete) em cada exercício de avaliação.

Após o processo de recuperação, percebendo-se que o aluno superou a dificuldade anteriormente encontrada, considerar-se-á o percentual (NOTA) de melhor aproveitamento.

33. TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens dos estudantes, portanto para essa transição do 5º para o 6º ano, faz-se necessário uma apresentação da escola, dos novos professores, bem como uma conversa com os pais e responsáveis e os alunos sobre como será pautadas as normas de tal estabelecimento de ensino, etc. Fazer visitas para uma apresentação do novo ambiente escolar, bem como para interagir com os alunos da tal escola.

34. PARCERIA ESCOLA E FAMÍLIA

O trabalho de parceria entre escola e a família requer uma visão ampla desta interação. Embora com funções distintas, ambas têm em comum o processo de educar e acompanhar o desenvolvimento dos alunos.

A família tem grande responsabilidade na formação dos filhos, instituindo regras e valores, de acordo com suas crenças e culturas, juntamente com várias outras instituições da sociedade, que contribuem para os processos formativos, conforme preconiza a LDB 9394/96 em seu artigo primeiro: A escola compartilha a responsabilidade de educar as novas gerações, com outras instituições da sociedade; a família, a convivência humana, o trabalho, as instituições de ensino e pesquisa, os movimentos sociais, e as organizações da sociedade com suas manifestações culturais.

Vale ressaltar que a escola desenvolve ações de integração reconhecendo a família como uma parceira ativa e essencial na educação escolar, e esta parceria

são construídas em diversos momentos: reuniões, áudios, vídeos, ligações telefônicas, visitas domiciliares, participação nos projetos e ações da escola.

Os pais sempre são bem-informados a respeito da vida escolar de seus filhos por meio de reuniões. Nesse sentido, a escola prioriza encontros presenciais de diálogo para ouvir, conhecer e planejar juntos ações para resolver dificuldades ou problemas envolvendo o aluno no processo ensino e aprendizagem.

Considera-se importante a participação das famílias nas vivências dos projetos pedagógicos, incentivando a investigação, o protagonismo, o levantamento de hipóteses para a busca de soluções para responder as perguntas norteadoras do processo de aprendizagem.

34.1 REUNIÃO DE PAIS E MESTRES

A escola deve ter como seu objetivo principal o ensino aprendizagem do aluno e para que isso aconteça é preciso uma integração entre escola e a família. É sabido que no atual contexto a família tem se afastado de suas obrigações na vida escolar dos seus filhos, por vários motivos como: horário de trabalho (o sustento da família), pais separados, filhos criados por terceiros, falta de estrutura familiar, descaso e por algumas vezes pensar que, é só fazer a matrícula do filho e o resto é obrigação da escola.

Para cada aluno temos uma família, uma estrutura socioeconômica, mas enquanto instituição de ensino cabe conscientizar os alunos e seus responsáveis da sua importância da participação no processo escolar, comparecendo em palestras e reuniões bimestrais.

No início do ano letivo é feita uma convocação geral para um primeiro momento da família na escola, onde objetiva-se fazer uma reflexão de desenvolvimento das atividades do ano anterior, com a apresentação dos pontos positivos, o que funcionou e deve continuar e os pontos negativos, onde houve falhas, colher sugestões para resolvê-las.

É nessa primeira reunião que apresentamos aos pais a realidade do contexto social em que a escola está inserida); apresenta-se os projetos da escola, os instrumentos avaliativos, colhemos sugestões para o melhor funcionamento e

organização da escola com o uso do uniforme escolar, apresentação do quadro de professores, Grupo Gestor, equipe de apoio e o nosso Plano de ação para o ano.

Após o término do 1°, 2° e 3° bimestres, temos uma reunião para entrega dos boletins, solucionar os problemas detectados como indisciplina, baixo rendimento, alunos faltosos, bem como as intervenções que serão feitas na turma e outros. Essas reuniões são feitas em dias estratégicos, previamente marcados, são elaborados comunicados para todos os responsáveis. Quando a escola não tem um retorno significativo, tentamos outras formas, através de convocações e telefonemas para entrar em contato com os responsáveis.

Deixamos claro que os pais têm direito legal (Estatuto da Criança e do Adolescente, capítulo IV art. 53 parágrafo único) à uma vez por bimestre comparecer a unidade Escolar para acompanhamento da vida escolar de seu filho. Como a escola trabalha com as famílias ela está sempre aberta a receber os pais, independente de convite.

35. MARCO OPERATIVO

Para os próximos anos a Escola Maria Jerônimo Nunes tem por meta atender a necessidades dos alunos aqui matriculados, os interesses das famílias, inserindo na sociedade alunos alfabetizados, com capacidades de leitura e escrita, que deem suporte a formação posterior.

Com esses objetivos a escola programa metas e ações como:

METAS	AÇÕES	EXECUTORES
Assegurar o cumprimento dos 200 dias letivos	- Ministrando as aulas estabelecidas pelo calendário anual e participar integralmente dos períodos dedicados aos planejamentos semanais.	Equipe gestora e professores
Implantação da BNCC	- Garantir a participação dos profissionais da escola em curso de formação continuada.	SME

Elevar a participação da família na escola	- Realizar reuniões bimestrais para promover a interação entre família e escola.	Equipe Gestora Professores
Inserir no planejamento escolar o (PSE) Programa Saúde na Escola do Governo Federal;	- Buscar parceria com a Secretaria Municipal de Saúde	Equipe Gestora SME Secretaria Municipal de Saúde
Articular os planejamentos da escola ao PPP;	- Promover momentos nos encontros pedagógicos para acompanhar e avaliar o desenvolvimento das metas do PPP.	Equipe Gestora
Promover palestras educativas na unidade de ensino para pais ou responsáveis	- Realizar reuniões bimestrais com o intuito de melhorar o ensino aprendizagem;	Equipe Gestora, professores e parcerias de outros órgãos.
Prever no calendário escolar atividades esportivas, culturais, de leitura e atividades avaliativas.	-Buscar parcerias com a comunidade e com outras escolas para o desenvolvimento de projetos; - Realizar eventos para a valorização da cultura local. Semana municipal de jogos interescolares.	SME
Implantar uma sala de reforço escolar para atender alunos com dificuldades de aprendizagem;	- Buscar apoio com a SME	SME
Intensificar a	- Promover reuniões periódicas	Equipe Gestora

participação do Conselho de Escola nas decisões de gerencia de recursos e soluções das dificuldades inerentes ao cotidiano escolar;	com os conselheiros	
Trabalhar de acordo com os Programas ofertados ao município.	- Promover atividades extraclasse para aquisição da leitura e da escrita como forma de melhorar a autoestima dos alunos; -Trabalhar as sequências didáticas; - Formação para os educadores sobre os programas desenvolvidos.	SME; Equipe Gestora; Coordenação do programa e Professores.
Elaborar um plano de curso anual da Escola Maria Jerônimo Nunes por disciplina e ano letivo.	Proporcionar momentos nos encontros pedagógicos para equipe técnica da suporte aos professores para elaboração do plano de curso anual alinhado as competências da BNCC.	Professores; Coordenador pedagógico; e supervisora escolar.
Climatizar as salas de aulas.	Buscar parceria da SME.	SME
Alfabetizar 100% os alunos até o término do segundo ano.	- Desenvolver atividades com foco nas práticas de linguagens; - Realizar trabalhos em grupos, nos quais os alunos com maior desenvolvimento apoiam os alunos com mais dificuldades. - No ciclo de alfabetização	SME; Equipe Gestora; Coordenação Pedagógica; Supervisão e professores.

	priorizar português e matemática.	
Proporcionar um ambiente de inclusão que acolha as diferenças e valorize as habilidades e competências dos alunos com necessidades específicas.	- Diversificar as metodologias inclusivas para melhor atender os alunos com necessidades específicas através do ensino personalizado;	SME; Equipe Gestora; Supervisão; Professores; Equipe de apoio especializado; Sala de AEE; Equipe Multidisciplinar.
Planejar atividades com foco na metodologia de ensino personalizado que auxiliem na construção das habilidades em déficits de aprendizagem.	- Criar parcerias com as famílias, envolvendo os pais ou responsáveis no processo de alfabetização, por meio de reuniões, atividades conjuntas e orientações sobre como apoiar o desenvolvimento da leitura e escrita em casa; - Garantir um ambiente rico em materiais de leitura, incluindo livros, revistas e outros recursos, proporcionando aos alunos acesso frequente a diferentes gêneros textuais e incentivando o gosto pela leitura.	Pais; Professores; Equipe técnica; SME.
Oportunizar formação continuada aos docentes, supervisão e gestão escolar.	- Ofertar através de parcerias formação continuada como prática imprescindível, despertando o prazer de aprender, de superar a rotina de dinamizar o processo ensino aprendizagem, contribuindo para	SME; Supervisão escolar; Parcerias de outros órgãos.

	o desenvolvimento dos alunos;	
Garantir o acesso e a permanência com acesso dos estudantes na instituição educacional com ênfase na equidade.	Realizar busca ativa escolar sempre que os alunos se ausentarem da escola; Proporcionar momentos de diálogos entre a escola e a família, reforçando a importância do papel da escola na vida do aluno.	Conselho tutelar; Pais e/ou responsáveis; Ministério Público.
Promover o protagonismo dos alunos através do ensino personalizado.	Realizar atividades individualizadas e personalizadas; Estimular e promover atividades em grupos coordenadas e orientadas pelos alunos representantes de turmas; Propiciar a metodologia da sala de aula invertida com uso de recursos interativos.	Supervisão; Professores; Equipe de apoio especializado; Pais e/ou responsáveis; Alunos(as) representantes de turma.

36. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta que ora se apresenta é de relevante importância e, tem como norte uma política democrática e processual na qual todos os agentes que compõem esta unidade de ensino manifestam interesse e zelo pala educação.

As reflexões hora proposta foram elaboradas a partir de vários momentos de reflexão coletiva sobre as mudanças necessárias a uma nova educação. Visando uma educação de qualidade e que tenha um reflexo positivo e dinâmico na vida dos seus alunos, assim como na comunidade na qual ela se insere.

Temos por missão formar cidadãos competentes, sensíveis e éticos.

A escola é uma instituição autônoma, porém deve prestar conta de suas ações aos pais, responsáveis e órgãos que regem a educação no município.

Por tanto fica em aberto nossa proposta para que possamos ao longo da caminhada educativa, estar incluindo, reformulando e refazendo nosso currículo e nossas ações pedagógicas visando uma educação de qualidade e com respaldo significativo na vida dos nossos educandos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/ SEB/ CNE, 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Brasília, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

https://drive.google.com/drive/folders/1EGE5btFet9mrJuO8VVlEoXK4mkuju3jY

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In:

VEIGA, Ilma P. A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1996.

_____ (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papirus, 1998.

ANEXOS

DISPOSITIVOS LEGAIS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL
Constituição (planalto.gov.br)

LEI Nº 9394/96 (LDB)
L9394 (planalto.gov.br)

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PNE - Plano Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação - PNE (mec.gov.br)

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/

PLANO MUNICIPAL CURRICULAR
https://drive.google.com/file/d/1FWZDZR6u7ILYbS-o0cVzrH0LBq4vXILA/view?usp=drivesdk

Resolução CME Nº. 004/2022, de 08 de dezembro de 2022.

Dispõe sobre a regulamentação de normas aplicável no ano letivo 2022 em relação aos critérios de progressão escolar. Em consonância com o parecer jurídico Nº 054/2022 da UNDIME, sob demanda da seccional no Estado da Paraíba- Undime/PB.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MÃE D´ÁGUA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 324/2009 de 17 de Fevereiro de 2009, que instituiu o Sistema Municipal de Ensino e pela Lei Municipal nº 312/2008 de 22 de abril de 2008 que reestruturou este Conselho, em consonância com a legislação vigente, Lei Federal nº 9.394/96, Parecer CNE/CEB nº 38/2002, e com o parecer jurídico Nº 054/2022 que dispõe os critérios de progressão escolar para 2022.

CONSIDERANDO:

A legislação vigente no país e aplicável ao caso (em especial a Constituição Federal e a LDB) é clara ao estabelecer que as definições sobre calendário escolar da educação básica e regulação do funcionamento dos sistemas de ensino dos Estados e Municípios competem originariamente aos respectivos Conselhos de Educação, que têm prerrogativa para deliberar de forma autônoma a respeito das demandas de cada entidade, considerando as distintas realidades locais e não se vinculando compulsoriamente às orientações emanadas pelo CNE.

RESOLVE:

Art. 1º No exercício da prerrogativa de dispor sobre os modelos entendidos como os mais adequados à cada realidade em relação à recomposição de aprendizagem, à forma de cumprimento da carga horária escolar mínima e à eventual flexibilização dos métodos para definir a aprovação ou a possível reprovação escolar, de alguns alunos em razão de desempenho escolar insuficiente no ano letivo de 2022, assim como os alunos que não atingiram o percentual mínimo de frequência de 75% no ano letivo para aprovação nas séries da educação básica, prescrito na Lei 9394/96 LDB, fica posto pelo conselho de educação a retenção dos alunos que não atingiram os critérios exposto no texto.

Art. 2º Porém determina que as unidades escolares estabeleçam metas e estratégias para o próximo ano letivo de mitigar a inequidade educacional e assim poder acompanhar de forma sistemática e continuada os alunos que neste ano de 2022 não tiveram êxito no processo de ensino aprendizagem, que os mesmos sejam acompanhados e inseridos dentro de uma proposta educativa onde terão condições de desenvolver habilidades e competências prevista na BNCC.

Mãe D'água-PB, 08 de dezembro de 2022.

Horiana Lucena Campos
Presidenta do CME

Lei Nº 519/2020

Dispõe sobre a nova denominação de Escola Municipal e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, Estado da Paraíba, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A Escola Municipal de Ensino Fundamental "Edvaldo Júnior" passa a ser denominada de "Maria Jerônimo Nunes (D. Neguinha)" cuja instalação física teve o endereço alterado, já que passou a ser localizada na Rua Miguel Nunes da Rocha, s/n, Mãe D'água-PB.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, notadamente a Lei Municipal Nº 506/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água, Estado da Paraíba, em 12 de março de 2020.

FRANCISCO CIRINO DA SILVA
Prefeito Constitucional

FICHA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA / 3ª NOTA

INDICADORES DE AVALIAÇÃO – FUNDAMENTAL I

ALUNO(A): _____

CRITÉRIOS		INDICADORES
PONTUALIDADE	**1,5**	Realização das atividades intra e extraclasse, no tempo previsto.
PARTICIPAÇÃO	**1,5**	Participação nas tarefas (autonomia e empenho, atenção/concentração
PRODUTIVIDADE	**2,0**	Faz todas as tarefas mesmo apresentando erros
CONVIVÊNCIA SOCIAL	**2,0**	Disciplina, cumprimento de regras (respeito pelos outros, cooperação, sociabilidade)
PROGRESSÃO NA APRENDIZAGEM	**3,0**	Demonstrou avanço na expressão e compreensão escrita e oral e no cálculo matemático

FOTOS DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA

SAEB
É HORA DE RESPIRAR
FUNDO E SE
CONCENTRAR PARA
FAZER A PROVA!
BOA PROVA!!

SAEB
SAEB
É HORA DE
FUNDO E
CONCENTRAR
A PROVA!

SAEB

ARVORE DOS VALORES

CRIANCAS

EMEF
MARIA
JERÔNIMO
NUNES

FELIZ
NATAL
AULA DA SAUDADE

FELIZ NATAL